

Requisitos Básicos:

- Ato constitutivo, estatuto, contrato social em vigor ou decreto de autorização;
- Cédula de identificação e documento de outorga de poderes do representante;
- Inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal;
- Regularidade Fiscal e Trabalhista completa (consulta pelo pregoeiro ao SICAF, preferencialmente);
- Consulta pelo pregoeiro aos cadastros informativos de Combate ao Trabalho Escravo, CAGEFIMP, CEIS, CNEP e CNIA;
- Consulta pelo pregoeiro aos cadastros informativos quanto a regularidade na contratação de aprendizes, pessoas com deficiência e reabilitados da Previdência Social;
- Consulta pelo pregoeiro ao Cadastro de Fornecedores do TCE-RO e Lista de inidôneos do TCU.

Requisitos Específicos:**- QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

- Certidão negativa de feitos sobre falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial - [Lei n. 11.101/05](#).

- QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- Atestado(s) de capacidade técnica, comprovando que a empresa executou serviços de **seguro veicular**;
- Certidões de Regularidade emitida pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

*** O detalhamento dos documentos/requisitos de habilitação deve ser consultado nas seções do instrumento convocatório acima indicadas. Na divergência entre os documentos de habilitação presentes no Termo de Referência e o Anexo III do edital, prevalecerão as condições deste último.**

Licitação Exclusiva ME/EPP?	Reserva Cota ME/EPP?	Prioridade ME/EPP local ou regional?	Exige amostra/demonstração?
NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
Prazo para envio da proposta e documentos de habilitação/complementares			
02 (duas) horas após convocação do pregoeiro se outro prazo não for concedido no chat de mensagens			
Telefone para contato		E-mail para contato:	
(69) 3609 - 6238		pregoeiro@tce.ro.gov.br	

Observações Gerais:

- Tendo em vista a ausência de descrições idênticas de alguns itens, por ocasião do cadastramento junto ao Sistema de Compras do Governo Federal (CATMAT), os mesmos foram cadastrados com descritivos similares, todavia, para cadastramento da proposta, deve-se observar e atender aos descritivos constantes no Anexo I - Termo de Referência e Anexo II - Orientações e modelo de proposta.

- Após a fase de lances e negociação de preços, os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, a proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço atualizado, e os documentos de habilitação exigidos no edital, quando convocado pelo Pregoeiro.

- Os documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados, serão encaminhados pelo licitante, quando convocado pelo Pregoeiro.



Documento assinado eletronicamente por **MARLON LOURENCO BRIGIDO, Técnico(a) Administrativo**, em 29/05/2024, às 10:34, conforme horário oficial de Rondônia, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#) e do art. 4º da [Resolução TCERO nº 165, de 1 de dezembro de 2014](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.tcerorj.br/validar>, informando o código verificador **0699681** e o código CRC **27FAC352**.

Referência: Processo nº 004144/2024

SEI nº 0699681

Av Presidente Dutra, 4229 - Bairro Olaria - @cidade_unidade@/RO - CEP 76801-327 - Telefone:
6932119135

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO N. 90024/2024/TCE-RO

UASG: 935002

AMPLA PARTICIPAÇÃO

O **Tribunal de Contas do Estado de Rondônia**, inscrito no **CNPJ sob o n. 04.801.221/0001-10** torna pública a realização do presente Pregão Eletrônico, do tipo menor preço, para a contratação abaixo descrito. A licitação, autorizada no Processo Administrativo SEI n. 004144/2024, será regida pela Lei Federal n. 14.133/2021, Lei Complementar n. 123/06 e todas as suas atualizações ou quaisquer outras que venham a substituí-las, independentemente de sua transcrição, e pelas condições constantes neste Edital.

Informações complementares poderão ser obtidas no horário das 7h30 às 13h30, pelos telefones (69) 3609-6238 ou (69) 3609-6240, ou pelo e-mail: pregoeiro@tce.ro.gov.br. O edital e seus anexos estão à disposição dos interessados no Portal de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras) e no Portal da Transparência deste TCE-RO (www.tzero.tc.br).

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa para prestação do **serviço de SEGURO TOTAL de 16 (dezesseis) veículos pertencentes à frota do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, com cobertura abrangente (colisão, incêndio e roubo), cobertura a terceiros (danos materiais e danos pessoais por passageiros), cobertura contra furto, contra danos da natureza, franquia obrigatória, franquia para vidros, para-brisas e retrovisores e assistência 24 (vinte e quatro) horas**, conforme especificações técnicas e requisitos estabelecidos no Termo de Referência, parte integrante deste instrumento editalício.

1.2. As especificações devem atender as condições do termo de referência e seus anexos, sendo vedada cotação parcial de itens ou de quantidade inferior à demandada.

1.3. A licitação terá como critério de julgamento o **menor preço global**, conforme tabela constante do Anexo II - Modelo de proposta, facultando-se ao licitante a participação em quantos grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem.

1.4. As informações acerca da entrega do bem/prestação do serviço estão pormenorizadamente descritas no Termo de Referência.

2. CONDIÇÕES PRELIMINARES

2.1. O pregão eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da internet, mediante condições de segurança, criptografia e autenticação, em todas as suas fases.

2.2. Em caso de discordância existente entre as especificações, prevalecerão as constantes do edital.

2.3. Os trabalhos serão conduzidos por pregoeiro do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, com certificação digital.

3. DA COMUNICAÇÃO

3.1. Toda a comunicação será realizada por meio eletrônico:

I - Durante o procedimento licitatório, por meio das ferramentas de comunicação do sistema Comprasnet;

II - Alternativamente, a critério do pregoeiro ou após a conclusão do certame, por e-mail (informado pela adjudicatária em sua proposta).

3.2. No caso de comunicação por e-mail, a ciência do ato dar-se-á na data de confirmação da leitura do seu teor pelo destinatário, sendo considerada válida, na ausência de confirmação, a comunicação ao término do prazo de 2 (dois) dias úteis, contados a partir da data do seu envio.

3.3. Havendo quaisquer problemas de ordem técnica, o envio de documentos relacionados ao julgamento da licitação poderá ser feito ao e-mail institucional **pregoeiro@tce.ro.gov.br**, sendo posteriormente disponibilizados para consulta no sítio eletrônico.

4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO E DAS RESTRIÇÕES

4.1. Poderão participar deste pregão eletrônico, via internet, os interessados cujo objetivo social seja pertinente ao objeto do certame e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

4.2. Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de propostas serão de responsabilidade exclusiva do licitante. O licitante também é o único responsável pelas transações efetuadas em seu nome no sistema eletrônico ou pela sua eventual desconexão.

4.3. O licitante se responsabiliza exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

4.5. Restrições à participação de pessoas físicas e/ou jurídicas (no que couber) e sem prejuízo de outras previsões legais específicas:

I - Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

II - Impedidos de contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta, nos termos do art. 156, III, § 4º, da Lei n. 14.133/2021;

III - Declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, na forma do art. 156, IV, § 5º, da Lei n. 14.133/2021;

IV - Empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada, nos termos do art. 15, IV da Lei n. 14.133/2021^[1];

V - Em processo de falência ou sob o regime de concordata, concurso de credores, dissolução ou liquidação;

VI - Impedida de licitar e contratar com o Estado de Rondônia;

VII - Suspensa temporariamente do direito de licitar e impedida de contratar com este Órgão;

VIII - Punida com suspensão temporária do direito de licitar e contratar;

IX - Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

X - Órgão ou entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de

ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no edital - nos casos de Edital de licitação para registro de preços, na forma do art. 82, inciso VIII da Lei 14.133/2021.

XI - Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

XII - O autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

XIII - Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

XIV - Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação.

4.6. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os incisos XII e XIII do item 4.5 deste artigo poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

4.7. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

4.8. O disposto neste item não impede a licitação ou a contratação de obra ou serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

4.9. Os documentos necessários à participação na presente licitação deverão ser apresentados em português (ou traduzidos por tradutor juramentado).

4.10. Os licitantes interessados em usufruir dos benefícios estabelecidos pela Lei Complementar n. 123/2006 deverão atender às regras de identificação, atos e manifestação de interesse, bem como aos demais avisos emitidos pelo Pregoeiro ou pelo sistema eletrônico, nos momentos e tempos adequados.

5. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO E ESCLARECIMENTOS

5.1. As impugnações e os pedidos de esclarecimentos deverão ser encaminhados, nos prazos previstos na legislação, via e-mail para o endereço pregoeiro@tce.ro.gov.br, não suspendendo os prazos previstos no certame.

5.3. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei n. 14.133/21 ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, de acordo com o artigo 164 da Lei 14.133/21.

5.5. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada no sítio eletrônico oficial do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

5.7. Acolhida a impugnação contra este edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

6. DO CADASTRAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS

6.1. O licitante deverá registrar (cadastrar) sua proposta inicial informando o valor unitário e o valor total proposto para cada item ofertado e deverá manifestar todas as declarações exigidas pelo sistema eletrônico.

6.3. Ao registrar (cadastrar) a proposta no sistema, o licitante deverá preencher a “Descrição detalhada do objeto ofertado”, devendo constar os dados necessários ao exame de adequabilidade da proposta com o objeto licitado.

6.5. As propostas terão validade de 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no aviso deste edital.

7. DOS REQUISITOS DE ACEITABILIDADE DAS PROPOSTAS

7.1. Será declarada a proposta vencedora aquela que preencher as exigências de especificação do termo de referência e melhor classificada segundo o critério de julgamento eleito.

7.3. Os preços unitários e totais devem ser compatíveis com aqueles praticados no mercado, expressos em moeda corrente nacional (R\$), com apenas duas casas decimais (sendo as demais desprezadas), em algarismos e por extenso.

7.5. Poderão ser desclassificadas as propostas que apresentem irregularidades, a exemplo de:

- I - Contiver vícios insanáveis;
- III - Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- V - Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- VII - Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- IX - Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável;
- XI - Cotação de objeto diverso;
- XIII - Condições que contrariem as exigências deste certame ou que se oponham a qualquer dispositivo legal vigente;
- XV - Proposta alternativa ou que não atenda aos parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos no edital;
- XVII - Irregularidades ou defeitos que prejudiquem o julgamento objetivo por parte do pregoeiro;
- XIX - Proposta de valor excessivo, manifestamente inexequível ou omissa;
- XXI - Proposta e/ou documentos complementares não enviados no prazo estabelecido pelo pregoeiro.

7.7. A desclassificação será fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.9. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8. DA FORMULAÇÃO DE LANCES

8.1. Aberta a etapa competitiva, os licitantes poderão encaminhar lances sucessivos exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do horário e do valor consignados no registro de cada lance.

8.3. O critério de julgamento desta licitação será aquele descrito no **item 1.3.** do presente Edital.

8.5. O envio dos lances deverá corresponder ao valor total do item. Os preços unitários e totais

devem ser compatíveis com aqueles praticados no mercado, expressos em moeda corrente nacional (R\$), com apenas duas casas decimais (sendo as demais desprezadas), em algarismos e por extenso.

8.7. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último ofertado por ele próprio e registrado no sistema eletrônico, respeitado o intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances (conforme consta do orçamento estimativo), que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta.

8.9. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa ABERTO, ABERTO-FECHADO e FECHADO-ABERTO, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

8.12. Se usado o modo de disputa **aberto**:

8.14.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

8.14.4. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados neste período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

8.14.7. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública será encerrada automaticamente.

8.14.10. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, admitir justificadamente o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

8.15. Se usado o modo de disputa **aberto e fechado**:

8.17.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 15 (quinze) minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, o que ocorrerá em até 10 (dez) minutos. Após esse tempo a recepção dos lances será automaticamente encerrada.

8.17.4. Encerrado os prazos previstos no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o licitante autor da oferta de valor mais baixo e os licitantes que ofereceram lances com preços até 10% (dez por cento) superior àquela, possam ofertar um lance final e fechado, no prazo de até cinco minutos.

8.17.6.1. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado.

8.17.7. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.

8.17.10. Poderá o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação.

8.17.13. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública será encerrada automaticamente.

8.17.16. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, admitir justificadamente o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

8.17.19. Ao final da etapa de lances, ocorrendo empate ficto de ME/EPP (art. 44, § 2º, da Lei Complementar n. 123/06) o sistema eletrônico se encarregará automaticamente de assegurar o exercício dos direitos de preferência.

8.17.22. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será a reabertura para disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova

proposta em ato contínuo à classificação.

8.17.25. Encerrada a etapa de lances da sessão pública, os licitantes deverão acompanhar a etapa de JULGAMENTO, permanecendo on-line para atender eventuais convocações do pregoeiro e mensagens do sistema, sob o risco da perda de direitos.

8.17.28. No caso de desconexão com o pregoeiro no decorrer da etapa competitiva deste Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retornando o pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

8.18. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão desta licitação será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes através do sistema eletrônico de compras (no sítio www.compras.gov.br), em um prazo mínimo de 24 (vinte e quatro) horas após ao aviso.

8.21. Durante a fase de lances, o pregoeiro poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexequível.

8.24. Se usado o modo de disputa **fechado e aberto**:

8.26.1. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "fechado e aberto", poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

8.26.2. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 8.18.1., poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

8.26.2.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

8.26.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

8.26.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

8.26.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

8.26.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

8.26.7. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.

8.26.8. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

8.26.9. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

8.26.10. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

8.26.11. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado

para divulgação.

8.26.12. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

8.26.13. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

8.26.14. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

8.26.15. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

8.26.16. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

8.26.17. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

8.26.18. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

8.26.19. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

8.26.19.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

8.26.19.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

8.26.19.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

8.26.19.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

8.26.20. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

8.26.20.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

8.26.20.2. empresas brasileiras;

8.26.20.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

8.26.20.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

8.26.21. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do

primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

8.26.22. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

8.26.23. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.26.24. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

9. DO TRATAMENTO DIFERENCIADO A MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

9.1. Para todos os efeitos, aplicam-se à presente licitação todos os direitos assegurados às micro e pequenas empresas na Lei Complementar n. 123/2006.

9.2. A obtenção de benefícios previstos nos artigos 42 a 49 da Lei Complementar n. 123/2006 fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo o licitante apresentar declaração de observância desse limite para fins de habilitação para a licitação, em atendimento ao previsto no artigo 4º da Lei n. 14.133/2021.

9.3. Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte apta a usufruir dos benefícios e se houver proposta de microempresa ou empresa de pequeno porte igual ou até 5% (cinco por cento) superior à proposta mais bem classificada, proceder-se-á da seguinte forma:

I - a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

II - não sendo adjudicatária a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada na forma do subitem anterior, e havendo outros licitantes que se enquadrem na condição prevista no caput deste item, estes serão convocados, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

III - o convocado que não apresentar proposta dentro do prazo de 5 (cinco) minutos, controlado pelo sistema eletrônico, decairá do direito previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar n. 123/2006.

9.4. Na hipótese de não adjudicação nos termos previstos neste item, o procedimento licitatório prosseguirá com os demais licitantes.

10. DO JULGAMENTO DA PROPOSTA

10.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro poderá encaminhar pelo sistema eletrônico contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, observando os critérios de julgamento e o valor estimado para a contratação.

10.3. A negociação será realizada por meio do sistema eletrônico e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

10.5. Após a negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 4.5 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos cadastros previstos no item 11 - DA HABILITAÇÃO.

10.7. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no

Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput).

10.9. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

10.11. Na ocorrência citada no item 10.4, o licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

10.13. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

10.15. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício.

10.17. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o licitante provisoriamente classificado deverá encaminhar a proposta de preços adequada ao último valor ofertado, devidamente preenchida, no prazo de até 02 (duas) horas, a partir da convocação efetuada pelo pregoeiro por meio da opção “Enviar Anexo” no sistema COMPRASNET.

10.19. O pregoeiro examinará a proposta ajustada quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação aos valores estimados para contratação, podendo solicitar manifestação técnica e jurídica de outros setores do órgão, a fim de subsidiar sua decisão.

10.21. Caso atendidas as condições de participação observando o disposto no item 7 - DOS REQUISITOS DE ACEITABILIDADE DAS PROPOSTAS, será iniciado o procedimento de habilitação.

11. DA HABILITAÇÃO

11.1. A relação de documentos requisitados para comprovação da habilitação do licitante no presente certame encontra-se em anexo a este edital, a qual poderá ser substituída por registro cadastral emitido pelo Tribunal de Contas do Estado de Rondônia.

11.3. A habilitação do licitante poderá ser comprovada mediante consulta on-line a quaisquer dos sistemas eletrônicos disponíveis, tais como o Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF.

11.5. A apresentação do Certificado de Registro Cadastral em validade, emitido pela Comissão de Cadastro de Fornecedores do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, será válida opcionalmente, como comprovação da habilitação requerida.

11.7. Serão consultados, para fins de habilitação:

I - As declarações prestadas em campo próprio do sistema;

III - SICAF;

V - Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – CAGEFIMP, instituído pela Lei Estadual nº 2.414, de 18 de fevereiro de 2011;

VII - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>), que resultará em efeitos de inabilitação a depender da natureza da sanção aplicada;

IX - Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>), que resultará em efeitos de inabilitação a depender da natureza da sanção aplicada;

XI - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa (CNIA), do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, que resultará em efeitos de inabilitação a depender da natureza da sanção aplicada;

XIII - Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores à condição análoga à de escravo;

XV - Certidão de Regularidade na Contratação de Pessoas com Deficiência e

Reabilitados da Previdência Social <https://certidoes.sit.trabalho.gov.br/>;

XVII - Certidão de Regularidade na Contratação de Aprendizizes <https://certidoes.sit.trabalho.gov.br/>;

XIX - Lista de inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União (TCU);

XXI - Cadastro de Fornecedores do TCE-RO.

11.9. Sob pena de inabilitação, todos os documentos deverão ser apresentados da seguinte forma:

I - Se o licitante for matriz, todos os documentos deverão ser apresentados em nome da matriz;

III - Se o licitante for filial, todos os documentos deverão estar em nome da mesma, exceto aqueles que, comprovadamente, forem emitidos apenas em nome da matriz;

V - Se o licitante for a matriz, mas a prestadora do objeto deste edital ou a emissora da fatura/nota fiscal for filial, os documentos deverão ser apresentados em nome de ambas, matriz e filial.

11.11. Os documentos deverão ter validade expressa ou estabelecida em Lei, admitidos como válidos, e no caso de omissão, os emitidos há menos de noventa dias.

11.13. Os documentos remetidos por meio da opção “Enviar Anexo” do sistema Comprasnet poderão ser solicitados em original ou por cópia autenticada a qualquer momento, em prazo a ser estabelecido pelo pregoeiro. Caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados ao setor de licitação do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia.

12. DO RECURSO, ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

12.1. Caberá recurso em face de:

I - Julgamento das propostas;

III - Ato de habilitação ou inabilitação de licitante;

V - Anulação ou revogação da licitação.

12.3. Nos recursos de julgamento das propostas e de ato de habilitação ou inabilitação de licitante serão observadas as seguintes disposições:

I - A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, e o prazo para apresentação das razões recursais de 3 (três) dias úteis será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei n. 14.133/2021, da ata de julgamento.

12.5. Qualquer licitante poderá manifestar sua intenção de recurso no prazo de 10 (dez) minutos após a aceitação da proposta e habilitação do fornecedor.

I - A falta de manifestação do interesse de recorrer no prazo estabelecido autoriza a Administração a adjudicar o objeto ao licitante vencedor.

12.7. O licitante deverá registrar as razões do recurso, em campo próprio do sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados a apresentar contrarrazões, também via sistema, em igual prazo.

12.9. Para justificar e fundamentar suas razões ou contrarrazões de recurso, o licitante interessado poderá solicitar vista dos autos a partir do acatamento de sua intenção de recurso.

12.11. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.13. Os recursos serão dirigidos ao pregoeiro, que poderá reconsiderar sua decisão em 3 (três)

dias úteis. Caso não reconsidere, deverá remeter o recurso à autoridade competente para julgamento, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos, de acordo com o § 2º do artigo 165 da Lei 14.133/21.

12.15. O acolhimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos não suscetíveis de aproveitamento.

12.17. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

12.19. A adjudicação do objeto e a homologação do resultado deste pregão compete ao ordenador de despesas do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia.

13. DAS PENALIDADES

13.1. A contratada que, sem justa causa, atrasar ou não cumprir as obrigações assumidas ou infringir preceitos legais, aplicar-se-ão as penalidades prescritas no Regulamento Referente à apuração de infrações e aplicação de penalidades decorrentes de condutas cometidas por licitantes ou fornecedores do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia durante os processos de aquisição de bens e contratação de serviços e obra. Dentre as penalidades, tem-se:

- I - Advertência;
- II - Multa moratória;
- III - Multa contratual;
- IV - Impedimento de licitar e contratar com o Estado de Rondônia, com o descredenciamento do Cadastro de Fornecedores do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, pelo prazo de até 3 (três) anos; e
- V - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

13.2. As licitantes e contratadas serão responsabilizadas pelas seguintes infrações:

- I - Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II - Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - Dar causa à inexecução total do contrato;
- IV - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX - Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; e
- XII - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n. 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- I - A natureza e a gravidade da infração cometida;
- II - As peculiaridades do caso concreto;
- III - As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV - Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- V - A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade.

13.4. O percentual da multa moratória não será inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem excederá 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato. O seu valor será calculado em percentual sobre o valor da parcela em mora, e incidirá por dia de atraso, sob limites proporcionais ao prazo fixado para cumprimento da obrigação assumida.

14. DOS PROCEDIMENTOS APÓS A CONCLUSÃO DO CERTAME

14.1. A Administração disponibilizará mecanismo de assinatura eletrônica para assinar o instrumento contratual.

14.2. Apenas em função da total impossibilidade da utilização de meio digital/virtual, far-se-á a remessa do contrato, por via postal, para assinatura da adjudicatária.

14.3. A adjudicatária será convocada, através de mensagem eletrônica (e-mail) para assinatura do contrato, no SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÃO – SEI, devendo realizar a assinatura no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis.

14.4. A gestão, fiscalização e o acompanhamento da execução contratual, serão realizados de acordo com as disposições constantes na Lei 14.133/21 e nos regulamentos internos do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia.

14.5. O Tribunal de Contas do Estado de Rondônia realizará o pagamento ao contratado de acordo com o estabelecido no Termo de Referência /Projeto Básico, e em conformidade com as disposições estabelecidas no regulamento interno de ordem cronológica de pagamentos.

14.6. Caberá reajuste de preços sempre que solicitado pelo contratado dentro da vigência contratual e desde que transcorrido o prazo de 12 (doze) meses da data da apresentação do orçamento-base, cujo índice será o disposto no Termo de Referência/Projeto Básico e Instrumento Contratual.

15. DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. No julgamento das propostas e na fase de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e a sua validade jurídica.

15.2. Caso os prazos definidos neste edital não estejam expressamente indicados na proposta, estes serão considerados como aceitos para efeito de julgamento.

15.3. A contratada deverá disponibilizar e manter controle permanente sobre endereço eletrônico (e-mail), o qual será o canal oficial de comunicação, sendo válido para avisos, comunicações formais, notificações e todo o contato oficial, com prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas para resposta.

15.4. Não havendo expediente na data determinada, ou na ocorrência de qualquer outro fato que impossibilite a realização deste pregão, a sessão será adiada para o primeiro dia útil subsequente, mantidos o mesmo horário e local, salvo disposição em contrário.

15.5. Integram este edital os anexos a seguir:

Anexo I – ETP e Termo de Referência;

Anexo II – Orientações e modelo de proposta;

Anexo III – Relação de documentos de habilitação e Declarações;

Anexo IV – Minuta de Contrato.

Porto Velho - RO, datado e assinado eletronicamente.

REMO GREGÓRIO HONÓRIO

Assessor II - Divisão de Licitações e Contratações - DLC

[1] Art. 15. Salvo vedação devidamente justificada no processo licitatório, pessoa jurídica poderá participar de licitação em consórcio, observadas as seguintes normas: IV - impedimento de a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada;

[2] § 4º do art. 91, da Lei nº 14.133, de 2021



Documento assinado eletronicamente por **REMO GREGORIO HONORIO, Assessor(a) II**, em 20/05/2024, às 15:00, conforme horário oficial de Rondônia, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#) e do art. 4º da [Resolução TCERO nº 165, de 1 de dezembro de 2014](#).



Documento assinado eletronicamente por **ANDERSON DE ARAUJO NEVES, Chefe de Divisão**, em 29/05/2024, às 11:00, conforme horário oficial de Rondônia, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#) e do art. 4º da [Resolução TCERO nº 165, de 1 de dezembro de 2014](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.tzero.tc.br/validar>, informando o código verificador **0696431** e o código CRC **6FDC73AB**.

Referência: Processo nº 004144/2024

SEI nº 0696431

Av Presidente Dutra, 4229 - Bairro Olaria - @cidade_unidade@/RO - CEP 76801-327 - Telefone:
6932119135

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90024/2024/TCE-RO

ANEXO I – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR E TERMO DE REFERÊNCIA

Constitui o Anexo I do presente edital o Estudo Técnico Preliminar (0685604) e anexo (0686786) e o Termo de Referência e seus anexos, elaborados pela DIVSET/SEINFRA, conforme docs. 0686802 /0687142 e 0686841.



Documento assinado eletronicamente por **REMO GREGORIO HONORIO, Assessor(a) II**, em 20/05/2024, às 14:42, conforme horário oficial de Rondônia, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#) e do art. 4º da [Resolução TCERO nº 165, de 1 de dezembro de 2014](#).



Documento assinado eletronicamente por **ANDERSON DE ARAUJO NEVES, Chefe de Divisão**, em 29/05/2024, às 11:01, conforme horário oficial de Rondônia, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#) e do art. 4º da [Resolução TCERO nº 165, de 1 de dezembro de 2014](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.tzero.tc.br/validar>, informando o código verificador **0696432** e o código CRC **8D928C05**.

Referência: Processo nº 004144/2024

SEI nº 0696432

Av Presidente Dutra, 4229 - Bairro Olaria - @cidade_unidade@/RO - CEP 76801-327 - Telefone:
6932119135

Processo nº 004144/2024

1. INTRODUÇÃO

1.1. As contratações governamentais produzem significativo impacto na atividade econômica, tendo em vista o volume de recursos envolvidos, os quais, em grande parte, são instrumentos de realização de políticas públicas. Neste sentido, um planejamento bem elaborado propicia contratações potencialmente mais eficientes, posto que a realização de estudos previamente delineados conduz ao conhecimento de novas modelagens/metodologias ofertadas pelo mercado, resultando na melhor qualidade do gasto e em uma gestão eficiente dos recursos públicos.

1.2. A Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021, dispõe que a descrição da necessidade da contratação deve ser fundamentada em estudo técnico preliminar que caracterize o interesse público envolvido. Neste sentido, afirma que o estudo técnico preliminar deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação.

1.3. Dessa forma, o presente documento tem o intuito de assegurar a viabilidade (técnica e econômica) da contratação pretendida e o levantamento dos elementos essenciais que servirão para compor o Termo de Referência.

2. DESENVOLVIMENTO**2.1. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1.1. A finalidade da contratação é proteger e assegurar a restituição financeira em caso de danos decorrentes de colisões, roubos, furtos, atos praticados por terceiros, fenômenos naturais, etc, além de proporcionar uma assistência 24 (vinte e quatro) horas aos usuários dos veículos oficiais. A contratação de serviços de proteção veicular é uma necessidade imperativa para garantir cobertura total de preservação da frota oficial do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, composta por 16 (dezesseis) veículos oficiais.

2.1.2. Essa proteção é ainda mais urgente e necessária, em virtude das viagens em todo território nacional, ou seja, os veículos, além de fazerem trajetos urbanos, também são utilizados para tráfego em estradas e rodovias, exigindo maior necessidade de proteção veicular.

2.1.3. É fundamental resguardar o patrimônio público, pois isso evita gastos com possíveis custos de indenizações, ressarcimentos e de consertos dos bens envolvidos e reduz os riscos de dano ao erário.

2.1.4. Atualmente, a frota de veículos pertencentes ao Tribunal de Contas do Estado de Rondônia é objeto de seguro veicular. Em virtude de tais automóveis serem de propriedade deste órgão, a opção mais adequada para garantir a proteção dos referidos veículos seria a adoção do seguro veicular, o que asseguraria, por conseguinte, a devida compensação por eventuais danos ou prejuízos ocasionados aos veículos, o que não prejudicaria o desempenho das atividades. É importante, ademais, que sejam implantadas medidas estritas de controle e monitoramento, a fim de inibir fraudes e/ou quaisquer abusos no uso dos veículos oficiais.

2.1.5. A vigência inicial do contrato será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.2. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

2.2.1. A contratação de empresa para prestação do serviço de **SEGURO TOTAL** de 16 (dezesseis) veículos pertencentes à frota do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, com cobertura compreensiva (colisão, incêndio e roubo), cobertura a terceiros (danos materiais e danos pessoais por passageiros), cobertura contra furto, contra danos da natureza, franquia obrigatória, franquia para vidros, para-brisas e retrovisores e assistência 24 horas, contemplando as coberturas estabelecidas na tabela disposta no anexo A - Relação de Frota Veicular Segurada do TCE-RO.

2.3. DAS COBERTURAS:

2.3.1. A contratação de empresa para prestação do serviço de **SEGURO TOTAL** de 16 (dezesseis) veículos pertencentes à frota do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, com cobertura compreensiva (colisão, incêndio e roubo), cobertura a terceiros (danos materiais e danos pessoais por passageiros), cobertura contra furto, contra danos da natureza, franquia obrigatória, franquia para vidros, para-brisas e retrovisores e assistência 24 horas, contemplando as coberturas estabelecidas na tabela disposta no anexo A - Relação de Frota Veicular Segurada do TCE-RO.

Item	Descrição	Resumo	Unidade	Quant
1	SEGURO, VEICULAR	RENAULT, Master 2.3 dCi Executive 16L Longo Dies, ANO 2017, PLACA QRA-1707.	UNIDADE	1
2	SEGURO, VEICULAR	GENERAL MOTORS, TRAILBLAZER LTZ 2.8 CTDI Diesel Aut., ANO 2016, PLACA NCX-2101.	UNIDADE	1
3	SEGURO, VEICULAR	GENERAL MOTORS, TRAILBLAZER LTZ 2.8 CTDI Diesel Aut., ANO 2016, PLACA NCX-2111.	UNIDADE	1
4	SEGURO, VEICULAR	GENERAL MOTORS, TRAILBLAZER LTZ 2.8 CTDI Diesel Aut., ANO 2016, PLACA NCX-2081.	UNIDADE	1
5	SEGURO, VEICULAR	GENERAL MOTORS, S10 PICK-UP LTZ 2.8 TDI 4x4 CD Diesel Aut., ANO 2016, PLACA NCX-2001.	UNIDADE	1
6	SEGURO, VEICULAR	GENERAL MOTORS, S10 PICK-UP LTZ 2.8 TDI 4x4 CD Diesel Aut., ANO 2016, PLACA NCX-2091.	UNIDADE	1
7	SEGURO, VEICULAR	GENERAL MOTORS, S10 PICK-UP LTZ 2.8 TDI 4x4 CD Diesel Aut., ANO 2016, PLACA NCX-2071.	UNIDADE	1
8	SEGURO, VEICULAR	GENERAL MOTORS, S10 PICK-UP LTZ 2.8 TDI 4x4 CD Diesel Aut., ANO 2016, PLACA NCX-2031.	UNIDADE	1
9	SEGURO, VEICULAR	GENERAL MOTORS, S10 PICK-UP LTZ 2.8 TDI 4x4 CD Diesel Aut., ANO 2016, PLACA NCX-2041.	UNIDADE	1
10	SEGURO, VEICULAR	TOYOTA, HILUX CS D4D 4x4 2.5 16V 102cv TB, ANO 2010, PLACA NCG-5472.	UNIDADE	1
11	SEGURO, VEICULAR	GENERAL MOTORS, ONIX HATCH LTZ 1.4 8V, FlexPower 5p Mec., ANO 2016, PLACA NCX-2011.	UNIDADE	1
12	SEGURO, VEICULAR	GENERAL MOTORS, ONIX HATCH LTZ 1.4 8V, FlexPower 5p Mec., ANO 2016, PLACA NCX-1991.	UNIDADE	1
13	SEGURO, VEICULAR	GENERAL MOTORS, CRUZE LT 1.4 16V Turbo Flex 4p Aut., ANO 2016, PLACA NCX-1951.	UNIDADE	1
14	SEGURO, VEICULAR	GENERAL MOTORS, PRISMA Sed. LTZ 1.4 8V FlexPower 4p., ANO 2017, PLACA NCZ-1741.	UNIDADE	1
15	SEGURO, VEICULAR	GENERAL MOTORS, PRISMA Sed. LTZ 1.4 8V, FlexPower 4p., ANO 2017, PLACA NCZ-1721.	UNIDADE	1
16	SEGURO, VEICULAR	GENERAL MOTORS, PRISMA Sed. LTZ 1.4 8V, FlexPower 4p., ANO 2017, PLACA NCZ-1681.	UNIDADE	1

2.4. CASCO

2.4.1. Valor de mercado referenciado atribuído a cada veículo pela tabela FIPE, utilizando o percentual de 100% da mesma na data da liquidação do sinistro nos eventos de perda parcial ou total por Colisão, Incêndio, Roubo ou Furto;

2.5. RESPONSABILIDADE CIVIL FACULTATIVA (RCF).

2.5.1. Valor para indenização de danos materiais: R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais);

2.5.2. Valor para indenização de danos pessoais: R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais).

2.6. ACIDENTE PESSOAL PASSAGEIRO (APP).

2.6.1. Valor para indenização morte por pessoa: R\$ 100.000,00 (cem mil reais);

2.6.2. Valor para indenização invalidez por pessoa: R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

2.7. **INCLUSÃO E EXCLUSÃO DE VEÍCULOS.**

2.7.1. A qualquer tempo, durante a vigência contratual, o TCE/RO se reservará no direito de incluir ou excluir veículos do contrato, diminuindo ou aumentando a quantidade, conforme as suas necessidades e dentro dos limites previstos no Art. 124 da Lei nº 14.133/21.

2.8. **COBERTURA E ASSISTÊNCIA**

2.8.1. O seguro automotivo deverá compreender as seguintes coberturas:

2.8.2. Cobertura de colisão, incêndio, roubo e furto.

2.8.3. A Seguradora deverá cobrir todos os riscos derivados da circulação dos veículos segurados, incluindo as despesas indispensáveis ao salvamento e transporte dos veículos até a oficina ou local adequado mais próximo do acidente, e as indenizações ou prestação de serviços correspondentes a cada uma das coberturas do seguro, conforme abaixo:

- a) Roubo ou furto total, bem como os danos causados pela tentativa destes.
- b) Colisão com veículos, pessoas ou animais, abaloamento, ainda que com veículos do próprio TCE-RO, e capotamento;
- c) Incêndio e explosão, ainda que resultantes de atos danosos praticados de forma isolada e eventual por terceiros;
- d) Queda em precipícios ou de pontes e queda de agentes externos sobre o veículo;
- e) Acidente durante o transporte do veículo por outro apropriado;
- f) Submersão total ou parcial em água doce proveniente de enchentes ou inundações, inclusive quando guardado em subsolo;
- g) Granizo, furacão e terremotos;
- h) Danos causados durante o período em que esteve em poder de terceiros, em consequência de roubo ou furto;
- i) Responsabilidade civil (RCF – Danos Materiais e corporais);
- j) Acidente pessoal (APP – Morte ou invalidez);
- k) Cobertura de vidros, inclusive para-brisas, faróis, lanternas e retrovisores;
- l) Assistência em viagem: Atendimento 24 horas;
- m) Assistência 24 horas: Com guincho sem limite de quilometragem dentro dos Estados de Rondônia e Acre;
- n) Acessórios: conforme especificado em contrato e apólice.

2.9. **DAS FRANQUIAS**

2.9.1. A franquia será na modalidade obrigatória, devendo ser observado o valor máximo que não poderá ser ultrapassado, podendo variar para baixo, conforme o veículo considerado, conforme limite estabelecido na tabela do Anexo B.

2.9.2. A franquia NÃO será objeto de classificação das propostas, que serão avaliadas exclusivamente em função dos preços propostos (prêmio) e outras variáveis.

2.9.3. Os valores de franquias considerados especificamente para ocorrência de sinistros com substituições unicamente de itens como: para-brisas frontais e vidro traseiro, vidro lateral retrovisores, faróis, faróis xênon, lanternas e lanterna de LED, não serão cumulativas com a franquia de que trata o Anexo A (campo: Franquia máxima) deste Termo de Referência. Serão analisadas as menores franquias praticadas pelo mercado.

2.9.4. A franquia de que trata este item será aplicada de acordo com a quantidade de peças sinistradas. Assim, por exemplo, se houver a quebra simultânea de um farol e uma lanterna, será cobrada uma franquia para o farol e outra para a lanterna.

2.9.5. Não haverá cobrança de franquia em caso de indenização integral ou danos causados por incêndio, queda de raio e/ou explosão.

2.9.6. As demais coberturas, riscos cobertos e não cobertos e condições gerais de fornecimento do serviço de seguro deverão ser aquelas reguladas no “Manual do Segurado – condições gerais aplicáveis a todas as coberturas”, o qual acompanha a apólice e são registradas na Superintendência de seguros privados – SUSEP, idênticas às aplicáveis a contratação de seguro automotivo por particulares, nos termos do art. 40, I da Lei nº 14.133/21.

2.9.7. Deve, ainda, obedecer integralmente às normas contidas na Lei nº 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor, na qualidade do TCE-RO como usuário final dos serviços.

2.10. **LEVANTAMENTO DE MERCADO**

2.10.1. O rastreamento veicular é o processo de monitorar e localizar um veículo em tempo real através de um sistema de GPS (Sistema de Posicionamento Global), o objetivo principal é fornecer informações precisas e detalhadas sobre a localização do veículo para garantir a segurança e a eficiência das operações envolvendo transporte, logística, entregas, entre outras áreas.

2.10.2. Importante salientar que o rastreamento veicular transmite o aumento de segurança, pois permite a localização imediata de um veículo em caso de roubo ou furto, o que contribui para a recuperação do mesmo e a redução da criminalidade. Quem utiliza o rastreamento veicular tem um controle da frota, consegue monitorar em tempo real a localização dos seus veículos, a velocidade e o desempenho dos motoristas, o que ajuda no controle da frota e na identificação de possíveis falhas.

2.10.3. O rastreamento veicular possui uma tecnologia que permite monitorar a localização e atividade de veículos em tempo real. Embora seja uma ferramenta útil para frota veicular, há algumas preocupações que questionam a utilização desses equipamentos. A instalação e manutenção dos equipamentos de rastreamento podem representar um custo adicional, o que pode ser um fator limitador para a adoção da tecnologia.

2.10.4. Ademais, como o rastreamento veicular depende de tecnologia, pode ser vulnerável a falhas técnicas, apresentando perda de sinal em algumas áreas, comprometendo a eficácia do sistema em rastrear os veículos. Além disso, o rastreamento somente possibilita a localização do bem, ou seja, os custos para cobrir possíveis danos não são contemplados nessa solução.

2.10.5. O seguro veicular é um contrato feito entre o proprietário de um veículo e uma seguradora, oferecendo proteção contra riscos como acidentes, roubo, incêndio e danos causados por fenômenos naturais. Além disso, ter um seguro veicular traz a tranquilidade de saber que o patrimônio está protegido e que pode contar com assistência 24 horas, que inclui uma variedade de serviços de reboque, troca de pneus, socorro mecânico e outros serviços. Também é possível personalizar a apólice, escolhendo uma cobertura que atenda às necessidades específicas do proprietário, incluindo cobertura de acessórios e equipamentos. Por outro lado, há alguns contras do seguro veicular que devem ser considerados, como o seu custo, especialmente se o veículo for novo ou tiver um alto valor de mercado. Algumas apólices de seguro exigem o pagamento de uma franquia em caso de sinistro, o que pode ser caro. Além disso, alguns eventos podem não ser cobertos pelo seguro, como danos causados por enchente ou outros desastres naturais, e também pode haver perda de bônus acumulado em caso de acionamento do seguro veicular.

2.11. **DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

2.11.1. Considerando as particularidades do item a ser contratado, conclui-se que a única alternativa viável para sua contratação é através da execução indireta, a ser conduzida por empresa especializada na oferta dos mencionados serviços.

- 2.11.2. Caso o serviço em questão seja categorizado como comum, a aquisição se dará via Pregão Eletrônico.
- 2.11.3. Importante salientar que, devido às especificidades do objeto em pauta, não está permitida a adesão por Ata de Registro de Preços ou a aquisição compartilhada.
- 2.11.4. De outro giro, vale ressaltar 2 fatos que impactaram na bonificação para contratação de novo seguro veicular. Um sinistro pertencente à frota deste Tribunal ocorrido no mês de setembro/2022, conforme Processo Administrativo 006009/2022, o qual demonstra de forma cabal, que o tempo de espera do terceiro envolvido para receber o prêmio pela perda total do veículo automotor registra um período entre 26.09.2022 e 17.01.2023 tornou-se muito longo, demorado e desgastante para os fiscais do contrato, considerando que as conversações foram todas tratadas com um representante (despachante) indicado pela seguradora contratada, além do fato de termos seguradoras que dispõem dos serviços personalizados, com securitários a disposição de seus segurados para uma eventual necessidade. Outro sinistro pertencente à frota deste Tribunal ocorrido no mês de julho/2023, conforme Processo Administrativo 005591/2023, o qual houve redução de tempo do atendimento da seguradora contratada entre o período de 26.07.2023 e 15.09.2023 para a liberação dos veículos envolvidos, mas que para fins de comparação, neste caso não houve veículo envolvido com perda total, como no caso anterior.
- 2.11.5. Conforme levantamento preliminares de sinistros no estado de Rondônia, contidas no site do DETRAN, pode-se observar um diferencial de 7,6% se comparado aos dados de 2022 e 2023, em que milhares de pessoas se envolvem em sinistros nas rodovias conforme demonstrativos, o que engloba principalmente a infraestrutura precária até as imprudências de condutores. Conforme registros abaixo:





2.11.6. Diante do gráfico apresentado e das estatísticas demonstradas, é pertinente considerar os efeitos decorrentes do episódio descrito no item 2.11.4 do presente ETP. Diante disso, conclui-se que as melhores práticas aplicáveis à execução do serviço devem incluir a nomeação de um preposto (securitário) com residência em Porto Velho/RO para representar na execução do objeto. Isso se deve ao fato de que a atual contratação de seguro veicular ofereceu suporte adequado ao último sinistro ocorrido em 2023, tendo o call center orientado com exclusividade via e-mail e tratativa realizada com a oficina credenciada pela seguradora SURA, responsável pela liberação dos veículos envolvidos.

2.11.7. Em 2022, esta Corte necessitou acionar a apólice do seguro de veículos em vigência na época, em virtude de sinistro com automóvel oficial, no entanto, o processo de atendimento foi extremamente moroso e adverso, visto que não fora possível utilizar o call center da empresa contratada para solicitar os serviços necessários. Diante disso, a contratada disponibilizou o contato de uma empresa terceira que iria intermediar o processo de atendimento, no entanto, a experiência demonstrou que essa forma de atendimento não é adequada para a contratação, pois a empresa intermediária apresentou dificuldade para atender à demanda com celeridade, ferindo um dos principais objetivos da contratação.

2.11.8. Em 2023, esta Corte necessitou novamente acionar a atual apólice do seguro de veículos, em virtude de outro sinistro com automóvel oficial, desta vez, o atendimento do call center da empresa contratada funcionou com celeridade, demonstrando adequação no atendimento à demanda solicitada.

2.11.9. Diante dos fatos apresentados, foram sanadas as dificuldades quanto a eventuais acionamentos futuros, bem como a falta de suporte ocorrida em 2022. Portanto, a adoção de medidas se fizeram necessárias para a correção e prevenção de situações semelhantes, a fim de se garantir a efetividade e a celeridade no atendimento das demandas. Os acionamentos das apólices do seguro de veículos por 2 (dois) anos consecutivos, causou a redução da bonificação utilizada para contratação e/ou renovação do seguro veicular.

2.11.10. Dessa maneira, é possível constatar que o investimento em um seguro para os veículos oficiais mais robusto torna-se uma alternativa mais acessível e rentável do que arcar com potenciais reparos decorrentes de sinistros ou atos prejudiciais envolvendo os veículos, inclusive em relação a terceiros.

2.11.11. Importante destacar que os veículos pertencentes a frota desta Corte de Contas, são conduzidos por servidores, agentes de segurança, o que torna inviável a transferência da responsabilidade da cobertura securitária.

2.11.12. Conclui-se, portanto que a contratação de uma SEGURADORA é altamente vantajosa e necessária.

3. BENS DE CONSUMO (COMUM E LUXO)

3.6. Conforme o art. 20 da Lei n. 14.133/2021, os itens de consumo adquiridos para suprir as demandas das estruturas da Administração Pública deverão ser de qualidade comum, não superior à necessária para cumprir as finalidades às quais se destinam, vedada a aquisição de artigos de luxo.

3.7. No âmbito do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, o tema foi regulamentado pela Resolução n. 380/2023-TCERO, e, segundo os conceitos previstos naquele normativo, os objetos a serem adquiridos que se caracterizam como "bens de consumo" devem possuir qualidade "comum" e não de "luxo":

"BENS DE CONSUMO"	
COMUM	LUXO
Bem de consumo disponível no mercado que não apresente variações significativas de qualidade superiores às necessárias para cumprir as finalidades às quais se destinam	Aquele que é prescindível, dispensável, de caráter puramente estético que extrapola os limites do necessário, identificável pela ostentação, opulência, forte apelo estético ou requinte.

3.8. Ao fixar as especificações do bem a ser adquirido, o órgão técnico e/ou unidade demandante deverá optar por aquelas que estejam amparadas pela necessidade (não mais que o necessário para não restringir a competição indevidamente) e suficiência (não menos que o necessário, de forma que o objeto não fique precisamente definido). Deve-se evitar a inclusão de itens, especificações e requisitos que restrinjam o caráter competitivo do certame.

3.9. Conforme já citado, a solução apresentada é comum de mercado, tendo onde existem diversos fornecedores que podem oferecer a solução pretendida, pontuando os aspectos positivos e negativos de cada fornecedor.

3.10. Assim, o serviço, que a Administração pretende contratar é de qualidade comum, conforme determina o art. 1º da Resolução n. 380/2023-TCERO c/c com o art. 20 da Lei 14.133/2021, visto que é facilmente encontrado no mercado e não apresenta variações significativas de qualidade superior às necessárias para cumprir as finalidades às quais se destinam.

4. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

4.0.1. O Seguro total de veículos, com cobertura contra danos materiais resultantes de sinistros de roubo ou furto, colisão, incêndio, danos causados pela natureza, atos danosos praticados por terceiros e assistência 24 horas, para 16 (dezesesseis) veículos pertencentes à frota oficial desta Corte de Contas.

4.1. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

4.1.1. Em relação a cotação anterior de preços de pesquisa de mercado conforme instrução pregão n. 22/2023 0546818, no valor de R\$ 22.100,16 (vinte e

dois mil e cem reais e dezesseis centavos), valor esse ajustado em relação aos últimos 02 (dois anos).

4.1.2. No entanto, o atual contrato de terceirização de transporte e o serviço de transporte por aplicativo (POP 99/Uber, etc) ainda não atende integralmente esta Corte, em virtude de questões próprias desse mercado, a exemplo das dificuldades enfrentadas pelos motoristas de aplicativos (preço dos combustíveis, manutenção veicular, taxas das administradoras, etc).

4.1.3. Mesmo assim, esta Corte de Contas, em parceria com o Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, está em fase final de nova contratação para atender à necessidade de terceirização de transporte institucional. Desta forma, surge a expectativa de que, futuramente, a nova solução possibilitará que esta Corte de Contas reduza a sua frota de veículos e, conseqüentemente, a demanda por seguro veicular.

4.1.4. Foi realizado pesquisa mercadológica com preços baseados na Administração Pública, conforme quadro abaixo.

Item	Marca/Modelo	Quantidade	Cotação/Preços da Administração Pública (ID. 0688927)	Valor total
1	RENAULT/Master 2.3 dCi Executive 16L Longo Diesel	1	R\$ 2.851,90	R\$ 2.851,90
2	GENERAL MOTORS/TRAILBLAZER LTZ 2.8 CTDI Diesel Automático	3	R\$ 2.700,00	R\$ 8.100,00
3	GENERAL MOTORS/S10 Pick-Up LTZ 2.8 TDI 4x4 CD Diesel Automático	5	R\$ 2.336,84	R\$ 11.684,20
4	TOYOTA/Hilux CS D4D 4x4 2.5 16V 102cv TB	1	R\$ 2.849,96	R\$ 2.849,96
5	GENERAL MOTORS/ONIX HATCH LTZ 1.4 8V FlexPower 5p Mec.	2	R\$ 1.420,72	R\$ 2.841,44
6	GENERAL MOTORS/CRUZE LT 1.4 16V Turbo Flex 4p Automático	1	R\$ 1.217,45	R\$ 1.217,45
7	GENERAL MOTORS/PRISMA Sed. LTZ 1.4 8V FlexPower 4p	3	R\$ 1.295,66	R\$ 3.886,98
QUANTIDADE DE VEÍCULOS		16	Valor Global Total	R\$ 33.431,93

4.2. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO (OU NÃO) DA SOLUÇÃO

4.2.1. O parcelamento da solução não se aplica na presente contratação, uma vez que não trará um aumento na competitividade , considerada a peculiaridade da contratação as empresas habilitadas a prestar o serviços teriam a condição de prestar o serviço em sua totalidade.

4.3. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

4.3.1. Não se verificam contratações correlatas nem interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.

4.4. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

4.4.1. A presente contratação encontra respaldo institucional, conforme previsão no item 40 (onde foi projetado um custo de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) do Plano Anual de Contratação do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, desta forma será necessário realizar a complementação do valor previsto.

4.6. RESULTADOS PRETENDIDOS

4.6.1. Propiciar ambiente seguro e confortável para que todos os servidores, estagiários e terceirizados do Tribunal de Contas possam envidar esforços a fim de apresentar seu melhor desempenho, reverberando em benefícios para a sociedade civil e para o Estado de Rondônia.

4.7. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO

4.7.1. Em relação à fiscalização e gestão contratual, os servidores designados para esse fim deverão reunir-se com a contratada antes do início da prestação do serviço, visando o alinhamento dos objetivos dos envolvidos na celebração do acordo. Para tanto, poderá haver o repasse de informações necessárias (referentes à prestação de serviço e a fiscalização) e o envolvimento da fiscalização do contrato atual com a equipe que fiscalizará o novo ajuste, independente da coincidência ou não de membros. Existe a necessidade de transição contratual, porém é realizada apenas com o envio das apólices atuais para a seguradora, que optará ou não pela realização vistoria. Seguindo o padrão de mercado.

4.8. IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS DE TRATAMENTO

4.8.1. Não se aplica, pela especificidade do objeto da contratação.

4.9. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE (OU NÃO) DA CONTRATAÇÃO

4.9.1. Os estudos preliminares evidenciaram que a contratação da solução se mostra possível tecnicamente e fundamentadamente necessária.

4.9.2. Considerando o estudo acima apresentado, a contratação de seguro total para a frota é viável, pois atende às necessidades existentes e é adequada para preservar o patrimônio público em caso de danos constantes aos veículos. Conseqüentemente, a contratação é vantajosa.

4.9.3. Em adição, considerando os recursos orçamentários disponíveis para o exercício atual, é possível afirmar que a viabilidade é factível.

Porto Velho, datado e assinado eletronicamente.



Documento assinado eletronicamente por **MARIVALDO NOGUEIRA DE OLIVEIRA, Assessor(a) I**, em 16/05/2024, às 08:22, conforme horário oficial de Rondônia, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#) e do art. 4º da [Resolução TCERO nº 165, de 1 de dezembro de 2014](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.tcerorj.br/validar>, informando o código verificador **0685604** e o código CRC **7C4A41E3**.

MAPA DE RISCOS

OBJETO: Contratação de prestação de serviço de SEGURO TOTAL de 16 (dezesesseis) veículos pertencentes à frota do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia.

OBJETIVO DA PRESENTE MATRIZ DE ALOCAÇÃO DE RISCOS: Identificar os possíveis riscos e causas relacionadas à contratação do objeto, bem como ações preventivas e de contingência para mitigar os riscos.

1. MAPA DE RISCOS DA CONTRATAÇÃO DE SEGURO PARA ESTACIONAMENTO PARA ATENDER A ESCOLA SUPERIOR DE CONTAS - ESCON.

Evento de risco	Causa	Probabilidade	Impacto	Nível de Risco	Ação Preventiva	Ação de Contingência	Responsável
Insuficiência de recursos financeiros ou ausência de previsão no Plano Anual de Contratações (PAC).	Restrição orçamentária / financeira. Ausência de inclusão da despesa no PAC.	2	4	ELEVADO	Certificar que a despesa esteja prevista no PAC; Garantir que as demandas dos próximos exercícios sejam incluídas aos demais PACs; Acompanhar, frequentemente, o saldo de empenho e a execução da dotação orçamentária do objeto;	Caso ausente no PAC, solicitar a inclusão excepcional da despesa à SGA e demais providências inerentes; Possibilidade de alteração contratual; No caso de indisponibilidade total de recursos, serão adotados os procedimentos de rescisão contratual.	TCERO/Equipe de Planejamento
Falhas, omissões ou divergências no levantamento das informações dispostas no Estudo Técnico Preliminar (ETP) e do Termo de Referência (TR).	Levantamento incorreto/insuficiente das informações necessárias para uma contratação satisfatória; Alterações normativas trazidas pela Nova Lei de Licitações e Contratos.	3	3	ELEVADO	Elaborar plano de ação contendo as atividades e prazos para planejamento e levantamento dos dados necessários para a contratação; Capacitar, constantemente, os agentes envolvidos no processo de contratação; Implantar gestão do conhecimento para que se tenha histórico estruturado de ocorrências contratuais; Solicitar auxílio do setor técnico competente no processamento de contratações; Padronizar ETPs e TRs.	Iniciar o processamento administrativo para esclarecer ou promover a alteração contratual necessária, seguindo os fluxos administrativos do TCE-RO.	TCERO/Equipe de Contratação

Falha nos procedimentos de acompanhamento e fiscalização contratual.	Fiscalização ineficiente da execução dos serviços; Ausência de mecanismos de controle Desconhecimento/descumprimento das regras editais, contratuais e demais normas aplicadas à contratação.	1	4	MÉDIO	Capacitação e constante auxílio dos superiores na condução dos procedimentos de fiscalização; Apoio da unidade responsável pela gestão de contratos do TCE-RO.	Alerta formal ao fiscal e possível apuração das condutas praticadas (responsabilização); Possibilidade de alteração da titularidade e suplência dos fiscais designados para a função;	TCERO/Equipe de Fiscalização
Insuficiência de prazo para conclusão da contratação e/ou processamentos de alterações contratuais	Falta de integração e suporte das unidades envolvidas na contratação; Apresentação de valores inexequíveis ou impropriedades nas planilhas de formação de preços, em relação ao mercado atual; Mapeamento incompleto/incorreto dos procedimentos necessários para contratação; Necessidade de maior prazo na análise do TR e demais providências das fases internas e externas da contratação.	3	5	EXTREMO	Acompanhar as etapas do certame pelos demandantes e envolvidos na elaboração do ETP e TR; Acompanhar o andamento do processos no SEI; Aperfeiçoar a comunicação entre as unidades responsáveis pela contratação; Solicitar suporte da unidade técnica especializada em licitações e contratos; Solicitar suporte de empresa especializada em planilhas de composição de custos.	Fortalecer a integração entre as unidades envolvidas na contratação; Fornecer o suporte necessário para que a equipe de contratações promova o andamento do processo de contratação; Acompanhar, frequentemente, o status do processo de contratação e o processamento das providências cabíveis.	TCERO/Equipe de Contratação
Impossibilidade ou atraso no pagamento do contrato	Indisponibilidade de financeiro ou de sistemas de pagamento da contratada.	1	5	MÉDIO	Observar os prazos de pagamento, de modo a não incorrer no risco de promover pagamentos de última hora.	Cumprir com as normas de recebimento, inserção e pagamento de acordo com a Ordem Cronológica de Pagamentos.	TCERO/Equipe de Fiscalização
Interrupção da prestação dos serviços	Problemas na administração da empresa e/ou falência da contratada; Descumprimento de obrigações contratuais;	2	5	ELEVADO	Manter a contratante ciente das condições que possam levar a empresa à inexecução do contrato; Atualizar o acervo de documentos que atestem a manutenção da qualificação econômico-financeira da empresa; Manter em dia a regularidade fiscal, trabalhista, previdenciária e afins da empresa.	Padronizar o controle de fiscalização que inclua mecanismos para subsidiar o dia a dia do fiscal no acompanhamento na execução contratual; Solicitar o auxílio da gestão contratual naquilo em que ultrapassar as competências de fiscalização; Adotar e padronizar procedimentos operacionais padrão, a fim de que as informações cheguem correta e tempestivamente na unidade responsável pela instrução processual.	TCERO/Equipe de Fiscalização

Apresentação de documentação falsa/fraudulenta para fins de comprovação de quaisquer regularidades exigidas na contratação	Impossibilidade de apresentação de regularidade integral da empresa e esta se recorre aos meios ilícitos para que não seja punida.	3	4	ELEVADO	Aumentar a atenção do fiscal quanto aos documentos apresentadas pela empresa e, no caso de suspeita de apresentação de documentação falsa/fraudulenta, adotar as providências administrativas necessárias.	Na ocorrência do risco, aplicar-se-ão os procedimentos de apuração de falta contratual e possíveis penalidades previstas em lei e nos demais documentos integrantes da contratação; Possibilidade de rescisão contratual, a depender da gravidade da situação detectada; Possibilidade de encaminhamento da ocorrência aos órgãos públicos competentes para apuração de crime.	TCERO/Equipe de Fiscalização
Roubo/Furto	Falta de segurança em áreas urbanas ou locais onde a criminalidade é elevada, afetando assim prejuízos financeiros e eventuais danos e riscos para a segurança dos servidores envolvidos e demais passageiros.	3	3	ELEVADO	Atender as diretrizes da Resolução 309/2019/TCE-RO	Acionamento imediato da seguradora; Concomitantemente com a autoridade policial.	TCERO/Equipe de Fiscalização
Ocorrências de danos segurados	Inexecução contratual e falta de prestação de suporte.	2	3	MÉDIO	A contratada deverá manter a prestação dos serviços nos mesmos moldes do contrato; Na ocorrência do risco e descumprimento do contrato, aplicar-se-ão os procedimentos de apuração de falta contratual e possíveis penalidades previstas em lei e nos demais documentos integrantes da contratação; Possibilidade de rescisão contratual, a depender da gravidade da situação detectada;	Abrir chamado para a seguradora	TCERO/Equipe de Fiscalização

Prestação insatisfatória dos serviços contratados	Falta de qualificação dos colaboradores da empresa; Baixa qualidade de atendimento à contratante; Demora/descumprimento de prazo para atendimento das solicitações da contratada; Excesso de procedimentos burocráticos para acionar a cobertura securitária; Dificuldade de comunicação direta com a contratada;	3	3	ELEVADO	Prever cláusulas no termo de referência e no contrato quanto à necessidade de atendimento direto da contratada à contratante; Prever cláusulas de sanções contratuais em casos de ocorrência do risco.	Na ocorrência do risco, aplicar-se-ão os procedimentos de apuração de falta contratual e possíveis penalidades previstas em lei e nos demais documentos integrantes da contratação; Possibilidade de rescisão contratual, a depender da gravidade da situação detectada;	TCERO/Equipe de Fiscalização e; TCERO/Equipe de contratação
Ausência de manutenção das condições de habilitação da empresa	Imperícia, negligência e/ou omissão no cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, FGTS e afins pela empresa contratada.	2	4	ELEVADO	Possibilidade de aplicação de penalidade e/ou rescisão contratual.	Na ocorrência do risco, aplicar-se-ão os procedimentos de apuração de falta contratual e possíveis penalidades previstas em lei e nos demais documentos integrantes da contratação; Possibilidade de rescisão contratual, a depender do grau de gravidade da situação detectada	TCERO/Equipe de Fiscalização e; TCERO/Equipe de contratação
Alteração da legislação vigente aplicada ao contrato e capaz de impactar na execução.	Alteração de normas do ordenamento jurídico aplicadas à contratação.	1	2	BAIXO	Possibilidade de alteração contratual; Readequação dos procedimentos administrativos aplicados ao contrato; Possibilidade de alteração dos custos contratuais.	Iniciar o processamento para esclarecer ou promover a alteração contratual necessária, seguindo os fluxos administrativos do TCE-RO.	TCERO/Equipe de Fiscalização e; TCERO/Equipe de contratação

4. ESCALA DE PROBABILIDADE E IMPACTO PARA CÁLCULO DO NÍVEL DE RISCO

Escala de Probabilidade			Escala de Impacto		
Descritor	Descrição	Nível	Descritor	Descrição	Nível
Muito baixa	Evento extraordinário, sem histórico de ocorrência.	1	Muito baixo	Impacto insignificante nos objetivos.	1
Baixa	Evento casual e inesperado, muito embora raro, há histórico de sua ocorrência.	2	Baixo	Impacto mínimo nos objetivos.	2
Média	Evento esperado, de frequência reduzida, e com histórico de ocorrência parcialmente conhecido.	3	Médio	Impacto mediano nos objetivos, com possibilidade de recuperação.	3
Alta	Evento usual, com histórico de ocorrência amplamente conhecido.	4	Alto	Impacto significativo nos objetivos, com possibilidade remota de recuperação.	4
Muito alta	Evento repetitivo e constante.	5	Muito alto	Impacto máximo nos objetivos, sem possibilidade de recuperação.	5

5.1. Após o resultado do cálculo de probabilidade x impacto será obtido o nível de risco, que será classificado conforme tabela

abaixo:

Nível de Risco	
1-3	Baixo
4-6	Médio
8-12	Elevado
15-25	Extremo

Responsável pela elaboração desta Matriz de Alocação de Riscos



Documento assinado eletronicamente por **MARIVALDO NOGUEIRA DE OLIVEIRA, Assessor(a) I**, em 16/05/2024, às 08:23, conforme horário oficial de Rondônia, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#) e do art. 4º da [Resolução TCERO nº 165, de 1 de dezembro de 2014](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.tceror.br/validar>, informando o código verificador **0686786** e o código CRC **FE7373BA**.

Referência: Processo nº 004144/2024

SEI nº 0686786

Av. Presidente Dutra, 4229 - Bairro Olaria - Porto Velho/RO - CEP 76801-327 - Telefone:

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº 004144/2024

1. OBJETO

1.1. Contratação de empresa para prestação do serviço de **SEGURO TOTAL** de 16 (dezesesseis) veículos pertencentes à frota do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, com cobertura compreensiva (colisão, incêndio e roubo), cobertura a terceiros (danos materiais e danos pessoais por passageiros), cobertura contra furto, contra danos da natureza, franquias obrigatórias, franquias para vidros, para-brisas e retrovisores e assistência 24 (vinte e quatro) horas, conforme especificações constantes neste Termo de Referência.

1.2. A vigência inicial da presente contratação será de 12 (doze) meses, havendo possibilidade de prorrogação, conforme arts. 106 e 107 da Lei 14.133/2021.

1.3. Para todos os efeitos, a presente contratação será celebrada por meio do rito instituído pela Lei Federal 14.133/2021 e todos os regulamentos que dela derivem.

2. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

MOTIVAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A contratação da prestação de serviço de seguro dos veículos que já compõem a frota do TCE/RO, é uma necessidade para garantir a segurança e o patrimônio dessa Corte, a fim de proporcionar maior segurança no caso de envolvimento dos veículos e no ressarcimento de possíveis danos que possam ocorrer, e ainda visa a restituição financeira por danos causados, além de garantir assistência 24 horas para os respectivos veículos próprios e veículos de terceiros, seus ocupantes em todo território nacional.

2.3. Considerando a probabilidade de ocorrer acidentes de trânsito e/ou outros sinistros, e considerando as diversas diligências, viagens, apoio logístico, exercidos pelos servidores que utilizam dos automóveis na realização do transporte a serviço deste Tribunal, faz-se necessário contratar o serviço de seguro total para os veículos, como forma de reduzir o risco de perda patrimonial.

2.5. Considerando ainda o quadro demonstrativo do Detran acostado no Estudo Preliminar Técnico ID. 0685604, que traz os dados preliminares de sinistros de trânsito no ano de 2023, reforça a necessidade indispensável de contratar o serviço de seguro total para os veículos proporcionando mais segurança às atividades operacionais desenvolvidas diariamente no âmbito deste TCE-RO.

2.7. A escolha dos critérios de qualidade estabelecidos no presente Termo de Referência tem por base a incessante busca da Administração pela contratação da proposta mais vantajosa. Segundo a doutrina especializada, proposta mais vantajosa é aquela que oferece a melhor qualidade pelo menor preço.

JUSTIFICATIVA DA QUANTIDADE SOLICITADA

2.8. A quantidade estimada considerou o histórico de veículos que compõe a frota pertencente a e substituição e instalação de equipamentos dos anos anteriores, bem como o cronograma de substituição em ambientes específicos, estabelecido de acordo com diretrizes da Administração.

CONEXÃO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO EXISTENTE

2.9. O objeto da demanda encontra previsto no Plano Anual de Contratações - PAC/2024, **sob o item n. 40 - Contratação de serviços de seguro veicular.**

3. DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO / QUADRO RESUMO / GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA / CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

DETALHAMENTO DO OBJETO E QUADRO RESUMO

3.1. DAS COBERTURAS:

3.1.1. A contratação de empresa para prestação do serviço de SEGURO TOTAL de 16 (dezesesseis) veículos pertencentes à frota do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, com cobertura compreensiva (colisão, incêndio e roubo), cobertura a terceiros (danos materiais e danos pessoais por passageiros), cobertura contra furto, contra danos da natureza, franquia obrigatória, franquia para vidros, para-brisas e retrovisores e assistência 24 (vinte e quatro) horas, contemplando as coberturas estabelecidas na tabela disposta no anexo B - Relação de Frota Veicular Segurada do TCE-RO.

3.1.2. CASCO

3.1.2.1. Valor de mercado referenciado atribuído a cada veículo pela tabela FIPE, utilizando o percentual de 100% da mesma na data da liquidação do sinistro nos eventos de perda parcial ou total por Colisão, Incêndio, Roubo ou Furto;

3.2. RESPONSABILIDADE CIVIL FACULTATIVA (RCF)

3.2.1. Valor para indenização de danos materiais: R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais);

3.2.2. Valor para indenização de danos pessoais: R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais).

3.3. ACIDENTE PESSOAL PASSAGEIRO (APP)

3.3.1. Valor para indenização morte por pessoa: R\$ 100.000,00 (cem mil reais);

3.3.2. Valor para indenização invalidez por pessoa: R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

3.4. INCLUSÃO E EXCLUSÃO DE VEÍCULOS

3.4.1. A qualquer tempo, durante a vigência contratual, o TCE/RO se reservará no direito de incluir ou excluir veículos do contrato, diminuindo ou aumentando a quantidade, conforme as suas necessidades e dentro dos limites previstos no art. 124 da Lei nº 14.133/21.

3.5. COBERTURA E ASSISTÊNCIA

a) O seguro automotivo deverá compreender as seguintes coberturas:

b) Cobertura de colisão, incêndio, roubo e furto.

c) A Seguradora deverá cobrir todos os riscos derivados da circulação dos veículos segurados, incluindo as despesas indispensáveis ao salvamento e transporte dos veículos até a oficina ou local adequado mais próximo do acidente, e as indenizações ou prestação de serviços correspondentes a cada uma das coberturas do seguro, conforme abaixo:

d) Roubo ou furto total, bem como os danos causados pela tentativa destes.

e) Colisão com veículos, pessoas ou animais, abalroamento, ainda que com veículos do próprio TCE-RO, e capotamento;

f) Incêndio e explosão, ainda que resultantes de atos danosos praticados de forma isolada e eventual por terceiros;

g) Queda em precipícios ou de pontes e queda de agentes externos sobre o veículo;

h) Acidente durante o transporte do veículo por outro apropriado;

i) Submersão total ou parcial em água doce proveniente de enchentes ou inundações, inclusive quando guardado em subsolo;

- j) Granizo, furacão e terremotos;
- k) Danos causados durante o período em que esteve em poder de terceiros, em consequência de roubo ou furto;
- l) Responsabilidade civil (RCF – Danos Materiais e corporais);
- m) Acidente pessoal (APP – Morte ou invalidez);
- n) Cobertura de vidros, inclusive para-brisas, faróis, lanternas e retrovisores;
- o) Assistência em viagem: Atendimento 24 horas;
- p) Assistência 24 horas: Com guincho sem limite de quilometragem dentro dos Estados de Rondônia e Acre;
- q) Acessórios: conforme especificado em contrato e apólice

3.6. DAS FRANQUIAS

3.6.1. A franquia será na modalidade obrigatória, devendo ser observado o valor máximo que não poderá ser ultrapassado, podendo variar para baixo, conforme o veículo considerado, conforme **limite de R\$ 3.278,18 (três mil, duzentos e setenta e oito reais e dezoito centavos)** - Tabela id. 0686841, (Anexo B) deste Termo de Referência

3.6.2. A franquia NÃO será objeto de classificação das propostas, que serão avaliadas exclusivamente em função dos preços propostos (prêmio) e outras variáveis.

3.6.3. Os valores de franquias considerados especificamente para ocorrência de sinistros com substituições unicamente de itens como: para-brisas frontais e vidro traseiro, vidro lateral retrovisores, faróis, faróis xênon, lanternas e lanterna de LED, não serão cumulativas com a franquia de que trata o item 3.6.1 (campo: Franquia máxima) deste Termo de Referência. Serão analisadas as menores franquias praticadas pelo mercado.

3.6.4. A franquia de que trata este item será aplicada de acordo com a quantidade de peças sinistradas. Assim, por exemplo, se houver a quebra simultânea de um farol e uma lanterna, será cobrada uma franquia para o farol e outra para a lanterna.

3.6.5. Não haverá cobrança de franquia em caso de indenização integral ou danos causados por incêndio, queda de raio e/ou explosão.

3.6.6. As demais coberturas, riscos cobertos e não cobertos e condições gerais de fornecimento do serviço de seguro deverão ser aquelas reguladas no “Manual do Segurado – condições gerais aplicáveis a todas as coberturas”, o qual acompanha a apólice e são registradas na Superintendência de seguros privados – SUSEP, idênticas às aplicáveis a contratação de seguro automotivo por particulares, nos termos do art. 40, I da Lei Federal nº 14.133/21. Deve, ainda, obedecer integralmente às normas contidas na Lei nº 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor, na qualidade do TCE-RO como usuário final dos serviços.

3.7. DA APÓLICE

3.7.1. A apólice deverá ser emitida em até 15 (quinze) dias, a contar do recebimento do empenho pela CONTRATADA, acompanhada das condições gerais do seguro.

3.7.2. Os veículos deverão estar segurados contra os riscos previstos na apólice desde a data do recebimento do empenho pela CONTRATADA, ainda que não emitida ainda a apólice, devendo a CONTRATADA fornecer os dados necessários ao acionamento do socorro em caso de sinistro, entre a data do recebimento da nota de empenho e a emissão da apólice do seguro.

3.7.3. O prazo de vigência da apólice será de 12 (doze) meses contados a partir da data de recebimento pela CONTRATADA da nota de empenho, podendo ser prorrogado caso conveniente e vantajoso para a Administração nos termos do art. 107 da Lei Federal nº 14.133/21.

3.8. DO ENDOSSO

3.8.1. Qualquer alteração na apólice poderá ser solicitada pelo TCE-RO e processada pela

seguradora, mediante endosso, inclusive no caso da compra de novos veículos por parte do TCE-RO.

3.9. DO BÔNUS

3.9.1. A licitante, independente de ser ou não a prestadora de serviços atual, deverá observar os bônus existentes nas atuais apólices, considerando em suas propostas de preços o bônus a conceder informado deste termo de referência, para o próximo período da vigência das apólices.

3.10. O serviço de seguro veicular, objeto deste Termo de Referência, devem atender às especificações técnicas e os quantitativos constantes do Anexo B.

GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

3.11. A CONTRATADA será responsável pela garantia de cada item trocado, após o sinistro, conforme a validade da fabricante.

3.12. Prazo de garantia mínimo de 12 (doze) meses, para peças e componentes, contra defeitos de fabricação, contados a partir do recebimento provisório, pelo CONTRATANTE, considerando tratar-se de prática de mercado.

CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES LOCAIS

3.12.1. DO REPRESENTANTE

3.12.2.1. A CONTRATADA deverá obrigatoriamente disponibilizar representante comercial (securitário) na cidade de Porto Velho-RO, para dar suporte a eventuais necessidades operacionais dos serviços, considerando a morosidade observada na terceirização (intermediação) dos serviços de **call center** contratados anteriormente.

CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

3.13. Dentre as recomendações voltadas para sustentabilidade ambiental, a presente licitação observará os critérios elencados na Instrução Normativa nº 01/2010 do MPOG e no art. 4º do Decreto nº 7.746/2012, de que os materiais/insumos apresentem, na medida do possível, as diretrizes sustentáveis de: menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água; preferência dos materiais, tecnologia e matérias-primas de origem local; maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra. Utilizar matéria-prima com produtos sustentáveis (tintas, vernizes e adesivos à base de água ou óleo vegetal); seguindo a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), obedecendo as seguintes ações: evitar, reduzir, reutilizar, reciclar, incinerar com recuperação energética e, realizar a disposição final adequada dos rejeitos.

NATUREZA DO OBJETO

3.14. Os serviços a serem adquiridos enquadram-se na classificação de comuns, nos termos do art. 6º, XIII da Lei 14.133/2021, posto que detêm especificações técnicas conhecidas e usualmente utilizadas no mercado, não havendo grandes variações qualitativas que demandem análise específica e diferenciada do particular que pretende contratar com a Administração. Desta forma, a estrutura procedimental da modalidade pregão, menos formalista e mais célere, não afeta a análise da qualidade do objeto licitado ou importa em prejuízos ao interesse público.

3.15. Em atenção ao art. 20 da Lei 14.133/2021, os elementos do planejamento da contratação reafirmam que os serviços descritos neste termo não possuem características de bem de luxo, quais sejam: de caráter puramente estético que extrapola os limites do necessário, identificável pela ostentação, opulência, forte apelo estético ou requinte. Destaca-se que diversas disposições da Resolução n. 380/2023/TCE-RO, que regulamenta o referido dispositivo legal no âmbito do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, são impossíveis de serem verificadas antecipadamente, demandando que as unidades integrantes da segunda e terceira linha de defesa do controle das contratações (nos termos do art. 169, II e III) aguardem o transcurso natural da instrução processual a fim de certificar a inexistência de controvérsias que exsurjam diante da interação com o mercado, mormente nas pesquisas de preços e impugnações do instrumento convocatório.

4. METODOLOGIA DE ENTREGA/EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DO OBJETO

LOCAL, PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA OU EXECUÇÃO

4.1. A execução do seguro veicular deverão ser prestados ao TCE-RO, situado na Avenida Presidente Dutra, 4229, bairro Olaria, Porto Velho/RO - CEP 76.801-327.

4.2. O prazo de vigência do seguro veicular contratado será de 12 (doze) meses, contado a partir da data de efetivação da contratação.

4.3. O prazo para início da prestação dos serviços ocorrerá a 0 (zero) hora do dia imediatamente posterior assinatura do contrato pelo representante da seguradora.

CONVOCAÇÃO DO FORNECEDOR

4.4. A comunicação será realizada preferencialmente via e-mail (informado pela empresa em sua proposta), com aviso de recebimento, acompanhado do anexo da Ordem de Serviços, se for o caso, para assinatura via sistema SEI!. Através do mesmo endereço eletrônico, o TCE-RO enviará as comunicações necessárias durante a execução do objeto.

4.5. A devolução da Ordem de Serviços devidamente assinada será no prazo de até 3 (três) dias úteis, a contar da data de confirmação do recebimento do comunicado e-mail. No caso de empresas fora do Estado de Rondônia, somente em último caso será utilizado o sistema postal físico (Correios), nesta situação o prazo de 3 (três) dias úteis será para realizar a postagem da documentação, sendo excluído da contagem de prazo os dias necessários para o Correios entregarem a postagem.

4.6. A recusa da empresa em formalizar a contratação no prazo informado, durante a vigência da proposta, caracterizar-se-á como inexecução total da obrigação assumida, sujeitando-a aplicação de penalidades na forma prevista neste documento.

RECEBIMENTO DO OBJETO

4.7. Em conformidade com a Lei Geral de Licitações e os Regulamentos internos deste TCE-RO, o objeto será recebido provisória e definitivamente mediante a emissão de Termos de Recebimento eletrônicos (via SEI), após a verificação da conformidade/adequação e consequente aceitação pelo servidor designado como fiscal.

4.8. O objeto contratado, observadas as condições estabelecidas no Edital, será recebido da seguinte forma:

- a) provisoriamente, no ato da entrega dos bens;
- b) definitivamente, por servidor ou comissão composta de três membros formalmente constituída, no prazo de até 30 (trinta) dias consecutivos, a contar do recebimento provisório, após a comprovação da adequação do objeto às especificações do Edital.

4.9. Os produtos deverão estar acompanhados de catálogos e manuais técnicos. Este material deverá conter informações técnicas completas, com exigências e orientações de funcionamento, instalação e manutenção; e da lista da Assistência Técnica para o atendimento ao fornecimento de peças, instalação e pleito de garantia - quando for o caso.

4.10. Constatada qualquer irregularidade, devidamente comunicada, por escrito, terá o prazo de 15 (quinze) dias, a partir da notificação, para fazer a substituição/regularização necessária, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas em contrato.

4.11. O período compreendido entre a entrega do objeto desta licitação e a notificação para a troca não será contabilizado para efeito de contagem dos prazos para substituição/regularização do mesmo.

4.12. Caso seja constatado que o produto substituído/regularizado permanece em desacordo com as especificações do Edital, a contagem do prazo para fazer a substituição/regularização não será interrompida.

4.13. Caso se verifique que não se mostra possível a adequação do objeto ou que, mesmo depois de concedido prazo para reparações, não foi alcançado o resultado esperado, será cabível a rescisão unilateral, bem como a aplicação de penalidades, com abertura de processo administrativo em

que se garantirá o contraditório e a ampla defesa.

5. **CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

- 5.1. O Tribunal de Contas do Estado de Rondônia realizará o pagamento, mediante a apresentação da nota fiscal, com aceite do servidor/comissão designado como fiscal da contratação, da importância correspondente ao fornecimento efetuado.
- 5.2. Todas as notas fiscais emitidas deverão conter, em local de fácil visualização, a indicação do número da Nota de Empenho correspondente.
- 5.3. A nota fiscal que não estiver de acordo com o estabelecido neste edital não será aprovada pelo Tribunal de Contas do Estado de Rondônia e será devolvida para as necessárias correções, oportunidade em que será sobrestado o processo de pagamento até que sejam corrigidos os problemas apontados.
- 5.4. A devolução da nota fiscal não aprovada por este Tribunal de Contas do Estado de Rondônia em hipótese alguma servirá de pretexto para suspensão de quaisquer fornecimentos.
- 5.5. O Tribunal de Contas do Estado de Rondônia efetuará o pagamento da nota fiscal, depois de cumpridas as condições de pagamento supracitadas, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as legislações e instruções normativas vigentes, observada ainda a ordem cronológica de sua exigibilidade, conforme normativo interno deste TCE-RO, a Resolução 383/2023.
- 5.6. Forma de pagamento será efetuado em parcela única.
- 5.7. As propostas apresentadas devem observar o princípio da anualidade.
- 5.8. Tendo em vista a condição de pagamento prevista, para garantia da Administração Pública, em caso de descontinuidade dos serviços ou sua inexecução parcial ou total, a CONTRATADA deverá devolver valores correspondentes ao objeto que não for entregue ou executado, sob pena de sofrer os gravames previstos no termo e em lei.
- 5.11. Na hipótese de devolução de valores prevista, o Tribunal de Contas notificará a CONTRATADA indicando prazo, valor e dados bancários para o depósito. O cumprimento desta obrigação não afasta a possibilidade de aplicação de sanções administrativas decorrentes do descumprimento contratual.

6. **PENALIDADES**

- 6.1. À contratada que, sem justa causa, atrasar ou não cumprir as obrigações assumidas ou infringir preceitos legais, aplicar-se-ão as penalidades prescritas no no art. 5º da [Resolução n. 382/2023/TCE-RO](#) e demais normas cogentes, conforme a natureza e gravidade da falta cometida, sem prejuízo das multas e demais ocorrências previstas no termo de referência, termo de contrato e/ou ordem de fornecimento/serviço.
- 6.2. As multas, aplicadas após regular processo administrativo, serão descontadas dos pagamentos eventualmente devidos ao contratado.
- 6.3. O quadro abaixo dispõe de maneira exemplificativa o rol de infrações contratuais nos quais a empresa se sujeita à apuração e aplicação de penalidades.

Rol exemplificativo de infrações contratuais
Retardar, empresa convocada, a execução de seu objeto ou não manter sua proposta;
Ausência de apresentação de documentos ou apresentação de documentação falsa;
Desistência ou recusa da empresa convocada dentro do prazo de validade da proposta de celebrar o contrato;
Dificuldade ou ausência de comunicação com a empresa;
Descumprimento de prazos referentes às obrigações contratuais;
Apresentação de documentação falsa/fraudulenta para fins de comprovação de quaisquer regularidades exigidas na contratação;

Descumprimento de legislação vigente aplicada ao contrato e capaz de impactar na execução;
Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratados;
Impossibilidade de localização de representante durante horário de expediente, com prejuízo à execução contratual;
Não zelar pela imagem institucional do TCE-RO;
Na ocorrência de inadimplemento total ou parcial do contrato;
Descumprimento de cláusulas contratuais em geral (ex.: ausência de apresentação de garantia, etc);
Deixar de prestar quaisquer informações solicitadas no prazo estipulado;
Ausência em reuniões ou indisponibilidade injustificada para atuação em necessidades do contratante.

6.4. Os prazos para adimplemento das obrigações admitem prorrogação nos casos e condições especificados no art. 124 da Lei n. 14.133/2021, devendo a solicitação dilatória, sempre por escrito, ser fundamentada e instruída com os documentos necessários à comprovação das alegações, recebida contemporaneamente ao fato que enseja-la, sendo considerados injustificados os atrasos não precedidos da competente prorrogação.

6.5. As multas, aplicadas após regular processo administrativo, serão descontadas dos pagamentos eventualmente devidos ao Contratado.

6.6. É importante elucidar que, face a conduta da contratada, sua postura perante ao Tribunal de Contas, e, ainda, em casos de reincidência de infrações, as sanções poderão ser aplicadas de forma cumulada à contratada.

7. HABILITAÇÃO

7.1. A habilitação dos proponentes será realizada de acordo com o estabelecido nos art. 62 e seguintes da Lei Federal n. 14.133/2021. Por tratar-se de contratação que não envolve maior complexidade, torna-se desproporcional o cumprimento de requisitos muito elaborados. Portanto, na presente contratação as exigências limitam-se à comprovação de regularidade jurídica, fiscal, social e trabalhista da empresa, conforme edital, acrescentando-se exigências aplicáveis ao caso, relacionadas adiante.

7.1.1. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

7.1.1.1. Certidão negativa de feitos sobre falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial - [Lei n. 11.101/2005](#), expedida pelo distribuidor da sede do licitante, expedida nos últimos 90 (noventa) dias caso não conste prazo de validade.

I - Será admitida a participação de empresa em recuperação judicial já deferida, desde que amparada em certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório nos termos da Lei 14.133/2021.

7.1.3. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

CAPACIDADE TÉCNICA OPERACIONAL

7.1.3.1. Comprovação por meio de atestado(s) de capacidade técnica, expedido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem que a licitante realizou ou está prestando serviços da mesma natureza ou similares ao do objeto, com no mínimo de 50% da dimensão do objeto do certame (incluindo prazo).

I - Os atestados devem comprovar que a empresa executou serviços de **seguro veicular**, considerada a parcela mais relevante da contratação;

II - Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante;

III - Os atestados devem ser emitidos em papel timbrado da empresa contratante, assinado por seu representante legal, discriminando o teor da contratação e os dados da empresa contratada;

IV - Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor;

V - Os atestados de capacidade técnico-operacional deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente, registrado na junta comercial competente;

VI - Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior;

VII - O licitante deve disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando quando solicitado pela Administração, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do CONTRATANTE, bem como local e condições em que foram prestados os serviços.

7.1.3.2. A empresa deverá encaminhar ainda as certidões de Regularidade emitida pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, dentro do prazo de validade de 60 (sessenta) dias, que comprove que a seguradora está legalmente autorizada a operar e que se encontra com suas reservas técnicas cobertas e adequadas.

8. DA FISCALIZAÇÃO

8.1. A fiscalização será exercida por:

Função	Nome Servidor	Matrícula	Telefone	E-mail institucional
Fiscal	Marivaldo Nogueira de Oliveira	314	3609-6211	314@tce.ro.gov.br
Suplente	Gisele dos Santos Porto	587	3609-6215	587@tce.ro.gov.br

8.2. Na fiscalização e acompanhamento da execução contratual, o fiscal atenderá as disposições constantes da Lei Geral de Licitações (Lei nº 14.133/2021) e Regulamentos internos deste TCE-RO.

8.3. Compete ao Fiscal / a Comissão de fiscalização:

- a) zelar pelo efetivo cumprimento das obrigações contratuais assumidas e pela qualidade dos produtos fornecidos e dos serviços prestados;
- b) verificar se a entrega de materiais ou a prestação de serviços (bem como seus preços e quantitativos) está sendo cumprida de acordo com o instrumento contratual e o instrumento convocatório;
- c) acompanhar, fiscalizar e atestar as aquisições e a execução dos serviços, de acordo com o objeto contratado; e
- d) indicar eventuais descumprimentos contratuais para que, mediante processo administrativo, sejam devidamente apurados.

8.4. A fiscalização anotar em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização dos descumprimentos observados.

8.5. A fiscalização exercida não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade verificada durante a execução.

9. VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO E DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA

9.1. O valor orçado para a contratação constará de Quadro Resumo de Preços elaborado pela Divisão de Licitações e Contratações - DLC, elaborado com base em orçamentos recebidos de empresas especializadas, em pesquisas de mercado e mediante consulta a contratos e atas de registro de preços firmados por órgãos públicos, disponibilizados em suas páginas na internet ou em bancos de preços.

9.2. A despesa decorrente de eventual contratação correrá por conta dos recursos

consignados ao Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, pela Lei Orçamentária Anual do Estado de Rondônia, conforme a seguinte **Ação Programática: 01.122.1010.2981; Elemento de Despesa: 3.3.90.39.**

9.3. As despesas para o exercício subsequente (ou subseqüentes, havendo a prorrogação do contrato) estarão submetidas à dotação orçamentária própria prevista para atendimento a presente finalidade, por conta dos recursos consignados ao Tribunal de Contas do Estado de Rondônia pela Lei Orçamentária Anual do Estado de Rondônia.

10. FORMA DE ADJUDICAÇÃO

10.1. O objeto será adjudicado de forma global.

10.2. Ao invés de recorrer à contratação de seguros individuais para cada veículo, a adjudicação de forma global permite que seja contratado um único seguro para toda a frota, reduzindo custos e simplificando a gestão do seguro. Ademais, tal forma de adjudicação propicia uma negociação mais vantajosa junto à seguradora, haja vista que apresentem um poder de negociação mais elevado quando contratam um grande volume de serviços. Dessa maneira, a opção pelo objeto global de seguro veicular configura-se como uma estratégia eficiente e econômica para frotas de veículos.

10.3. A discriminação dos veículos é necessária apenas para identificar a frota e proporcionar precificação mais justa da solução como um todo, logo, não há motivo para parcelar o objeto, visto que a solução é destinada à frota total e, por mais que seja um conjunto heterogêneo de bens, o mercado necessita conhecer as descrições para precificar adequadamente os custos com seguro da frota, já que cada veículo têm suas próprias características (ano, modelo, fabricante, etc).

10.4. Ademais, a admissão da adjudicação por item poderia acarretar na excessiva pulverização de contratações com baixíssima expressão econômica, situação rechaçada pela Súmula N. 8/TCE-RO.

11. INEXECUÇÃO, EXTINÇÃO DO INSTRUMENTO CONTRATUAL E/OU CANCELAMENTO ATA

11.1. A inexecução contratual ensejará a extinção do instrumento contratual e/ou o cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do Capítulo VIII, da Lei n. 14.133/2021, nos seguintes modos:

- a) determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- b) consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;
- c) determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

11.2. O descumprimento, por parte da vencedora da licitação, de suas obrigações legais e/ou contratuais assegura a este Tribunal de Contas do Estado de Rondônia o direito de extinguir o instrumento contratual e de cancelar a ata de registro de preços a qualquer tempo, independentemente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial.

11.3. O cancelamento unilateral, com fundamento no inciso I do art. 138 e art. 139 da Lei n. 14.133/2021, sujeitará a vencedora da licitação à multa rescisória de até 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado do item acerca do qual foi verificado o descumprimento por parte da vencedora da licitação, independentemente de outras penalidades.

11.4. Na aplicação das penalidades serão admitidos os recursos previstos em lei, observando-se o contraditório e a ampla defesa.

12. DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. As obrigações das partes estão detalhadas no Anexo A.

12.2. Reserva-se à Administração o direito de convocar o licitante para atualizar/complementar as informações apresentadas, para efeito de julgamento da aceitabilidade da proposta.

12.4. Fica vedada a transferência, no todo ou em parte, da execução da contratação.

12.5. As comunicações oficiais referentes à presente contratação poderão ser realizadas através de correio eletrônico corporativo, reputando-se válidas as enviadas em correio eletrônico (*divset@tce.ro.gov.br*) incluído na proposta ou documentos apresentados pela empresa.

12.6. A ciência do ato será a data de confirmação da leitura do seu teor pelo destinatário, sendo considerada válida, na ausência de confirmação, a comunicação na data do término do prazo de 2 (dois) dias úteis, contados a partir da data do seu envio.

12.7. Devem ser respeitadas, quando do deslocamento às instalações do TCE-RO e da consulta ao processo administrativo, as regras de conduta prescritas pela Resolução nº 90/2012 – Plano de Segurança Institucional do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, e pela Resolução nº 93/2012 – Regulamenta o acesso a informações e a aplicação da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, no âmbito do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia. Não existem condições especiais aplicadas ao objeto.

12.8. O contratado que de alguma forma contribua para pôr em risco a legalidade, lisura e transparência dos certames licitatórios do Tribunal, com condutas comissivas ou omissivas, ficará sujeito às mais graves sanções administrativas previstas no contrato, sujeitando-se ainda às demais cominações legais e não se afastando a possibilidade de arcar com perdas e danos que esta Corte venha a sofrer.

12.10. Informação complementares poderão ser obtidas no horário das 7h30m às 13h30m, pelo telefone (69) 3609- 6211, ou pelo e-mail: *divset@tce.ro.gov.br*.

13. ANEXOS

13.1. Compõem o presente Termo de Referência os seguintes anexos:

a) ANEXO A - Obrigações das partes (doc. 0687142)

b) ANEXO B - Relação da Frota veicular (doc. 0686841).



Documento assinado eletronicamente por **MARIVALDO NOGUEIRA DE OLIVEIRA, Assessor(a) I**, em 16/05/2024, às 08:02, conforme horário oficial de Rondônia, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#) e do art. 4º da [Resolução TCERO nº 165, de 1 de dezembro de 2014](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.tcerro.tc.br/validar>, informando o código verificador **0686802** e o código CRC **60A2424F**.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA

ARTEFATOS DE TERMO DE REFERÊNCIA Nº 0687142/2024/DIVSET

1. DAS OBRIGAÇÕES GERAIS DO CONTRATADO (FORNECIMENTO E SERVIÇOS)

Compete ao CONTRATADO:

- 1.1. Fornecer/Executar o objeto contratado na qualidade e forma exigidas no presente termo, cumprindo os prazos e condições estabelecidas;
- 1.2. Fornecer todos os instrumentos, ferramentas e mão-de-obra necessária ao fornecimento/execução dos objetos contratados, sem nenhum ônus adicional para o CONTRATANTE;
- 1.3. Fornecer/Executar os objetos seguindo os rígidos padrões consignados no normativo legal concernente ao objeto do contrato, atendendo ainda à legislação de proteção ao meio ambiente e de incentivo ao desenvolvimento sustentável, quando aplicáveis;
- 1.4. Orientar o CONTRATANTE quanto a melhores práticas aplicáveis ao fornecimento/execução do objeto;
- 1.5. Nomear preposto com domicílio em Porto Velho/RO para, durante o período de vigência da apólice, representá-la na execução do objeto, devendo, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da Ordem de Serviço, informar dados completos do referido preposto a Divisão de Serviços Gerais e Transportes - DIVSET/TCE-RO, em Porto Velho/RO;
- 1.6. Ter responsabilidade objetiva pelos fornecimentos/serviços realizados, empregando funcionários capacitados e comunicando com a devida antecedência eventuais substituições do preposto indicado;
- 1.7. É vedada a subcontratação total do objeto do contrato, sendo autorizada a subcontratação parcial quando e se houver a prévia anuência da Administração;
- 1.8. Fornecer/Executar os objetos contratados conforme o estabelecido no contrato e de acordo com as necessidades do CONTRATANTE, devendo ainda fiscalizar o nível de qualidade, visando manter a eficiência e eficácia;
- 1.9. Manter quadro de pessoal suficiente para atendimento do fornecimento/serviço, conforme previsto neste termo, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, greve, licença, falta ao serviço e demissão de empregados. A demissão não terá, em hipótese alguma, qualquer relação de emprego com o CONTRATANTE, sendo de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO as despesas com todos os encargos e obrigações sociais, trabalhistas e fiscais;
- 1.10. Apresentar sugestões que proporcionem maior qualidade na prestação do fornecimento/serviço, potencializando melhor atendimento à finalidade da contratação, sendo o acatamento da responsabilidade do CONTRATANTE;
- 1.11. Reparar, corrigir, remover ou substituir as parcelas executadas, no total ou em parte, objeto do Contrato, quando constatados vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução do serviço;
- 1.12. O CONTRATADO deverá facilitar, por todos os meios ao seu alcance, a ampla ação da fiscalização, permitindo o acesso ao fornecimento ou serviços em execução, bem como atendendo prontamente as solicitações que lhe forem efetuadas;
- 1.13. Responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes da prestação dos serviços. Como tributos, pagamento de seguros, impostos, taxas e serviços, encargos sociais e trabalhistas;

- 1.14. Responder pelos danos causados diretamente à Administração do TCE-RO ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo quando da execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização/acompanhamento pelo TCE-RO;
- 1.15. Comunicar à Administração do TCE-RO, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente, além de prestar os esclarecimentos que julgar necessários.
- 1.16. Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas em Instrumento Convocatório.
- 1.17. Os casos excepcionais serão avaliados pelo CONTRATANTE, que decidirá motivadamente.

2. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

São também responsabilidades e obrigações do CONTRATANTE:

- 2.1. Promover o acompanhamento e a fiscalização da execução contratual, por intermédio do fiscal designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de fatos que, a seu critério, exijam a adoção de medidas por parte do CONTRATADO;
- 2.2. Prestar os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATADO;
- 2.3. Permitir livre acesso dos funcionários do CONTRATADO aos documentos e locais relacionados ao objeto, observadas as normas de segurança pertinentes;
- 2.4. Proporcionar todas as facilidades para que o CONTRATADO possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições contratuais;
- 2.5. Realizar rigorosa conferência das características dos bens entregues e/ou dos serviços prestados, pela Comissão de Recebimento designada, somente atestando os documentos da despesa quando comprovada a entrega total, fiel e correta do objeto contratado, ou de parte da entrega a que se referirem;
- 2.6. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços ou bens entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo CONTRATADO;
- 2.7. Assegurar que as obrigações descritas neste instrumento somente sejam realizadas pelo CONTRATADO, sendo vedada a interveniência de terceiros estranhos ao contrato, salvo se autorizado prévia e expressamente;
- 2.8. Certificar-se do atendimento às exigências elaboradas para a presente contratação, condicionantes da formalização do contrato;
- 2.9. Zelar pelo cumprimento das obrigações das partes, constantes nos documentos que precedem e integram o contrato, mesmo as não transcritas no documento hábil para contratação;
- 2.10. Efetuar a publicação do termo contratual na forma da lei;
- 2.11. Efetuar o pagamento na forma convencionada neste termo e no Instrumento Convocatório.

3. DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS COMERCIAIS E FISCAIS

Caberá ao CONTRATADO, ainda:

- 3.1. Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o CONTRATANTE;
- 3.2. Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no decorrer do fornecimento ou do desempenho dos serviços, ou mesmo em conexão com eles, ainda que acontecido em dependência do CONTRATANTE;
- 3.3. Assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da execução deste contrato.

3.4. A inadimplência do CONTRATADO, com referência aos encargos estabelecidos nesta cláusula, não transfere à Administração do CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto deste contrato, razão pela qual o CONTRATADO renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o CONTRATANTE.



Documento assinado eletronicamente por **MARIVALDO NOGUEIRA DE OLIVEIRA, Assessor(a) I**, em 16/05/2024, às 08:30, conforme horário oficial de Rondônia, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#) e do art. 4º da [Resolução TCERO nº 165, de 1 de dezembro de 2014](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.tzero.tc.br/validar>, informando o código verificador **0687142** e o código CRC **176EC08B**.

Referência: Processo nº 004144/2024

SEI nº 0687142

Av. Presidente Dutra, 4229 - Bairro Olaria - Porto Velho/RO - CEP 76801-327 - Telefone:

ANEXO B - RELAÇÃO DA FROTA VEICULAR

ITEM	MUNICÍPIO	VEÍCULO	ANO/MOD	COMBUST.	CÂMBIO	PLACA	TIPO DE SEGURO	BÔNUS	CASCO	RCF		Morte	AP
										Danos Materiais	Danos Pessoais		
1	Porto Velho	Renault/Master MBus L3H2	2017/2018	Diesel	Man.	QRA-1707	NS	6	100% Fipe	200.000,00	200.000,00	100.000,00	
2	Porto Velho	Trailblazer 2.8	2016/2017	Diesel	Aut.	NCX-2101	NS	7	100% Fipe	200.000,00	200.000,00	100.000,00	
3	Porto Velho	Trailblazer 2.8	2016/2017	Diesel	Aut.	NCX-2111	NS	7	100% Fipe	200.000,00	200.000,00	100.000,00	
4	Porto Velho	Trailblazer 2.8	2016/2017	Diesel	Aut.	NCX-2081	NS	6	100% Fipe	200.000,00	200.000,00	100.000,00	
5	Porto Velho	S10 LTZ 2.8 4X4	2016/2017	Diesel	Aut.	NCX-2001	NS	7	100% Fipe	200.000,00	200.000,00	100.000,00	
6	Porto Velho	S10 LTZ 2.8 4X4	2016/2017	Diesel	Aut.	NCX-2091	NS	7	100% Fipe	200.000,00	200.000,00	100.000,00	
7	Porto Velho	S10 LTZ 2.8 4X4	2016/2017	Diesel	Aut.	NCX-2071	NS	7	100% Fipe	200.000,00	200.000,00	100.000,00	
8	Porto Velho	S10 LTZ 2.8 4X4	2016/2017	Diesel	Aut.	NCX-2031	NS	7	100% Fipe	200.000,00	200.000,00	100.000,00	
9	Porto Velho	S10 LTZ 2.8 4X4	2016/2017	Diesel	Aut.	NCX-2041	NS	6	100% Fipe	200.000,00	200.000,00	100.000,00	
10	Porto Velho	Toyota/Hilux	2010/2010	Diesel	Man.	NCG-5472	RS	10	100% Fipe	200.000,00	200.000,00	100.000,00	
11	Porto Velho	ONIX LTZ 1.4	2016/2017	Flex	Man.	NCX-2011	NS	7	100% Fipe	200.000,00	200.000,00	100.000,00	
12	Porto Velho	ONIX LTZ 1.4	2016/2017	Flex	Man.	NCX-1991	NS	7	100% Fipe	200.000,00	200.000,00	100.000,00	
13	Porto Velho	CRUZE LT SD 1.4	2016/2017	Flex	Aut.	NCX-1951	NS	7	100% Fipe	200.000,00	200.000,00	100.000,00	
14	Porto Velho	PRISMA LTZ 1.4	2017/2017	Flex	Man.	NCZ-1741	NS	7	100% Fipe	200.000,00	200.000,00	100.000,00	
15	Porto Velho	PRISMA LTZ 1.4	2017/2017	Flex	Man.	NCZ-1721	NS	7	100% Fipe	200.000,00	200.000,00	100.000,00	
16	Porto Velho	PRISMA LTZ 1.4	2017/2017	Flex	Man.	NCZ-1681	NS	7	100% Fipe	200.000,00	200.000,00	100.000,00	

1. **01 (um)** – Veículo Van Passageiro, espécie/tipo: PSG/MICROONIBU NÃO APLIC. (RENAULT MASTER MINIBUS EXECUTIVE L3H2 2.3DCi 16V), 16 PASSAGEIROS/130CV, Ar condicionado, Direção Hidráulica, Trava Elétrica, Vidros Elétricos, cor predominante prata, Bônus Zero; placas QRA 1707. (chassi 93YMEN4XEJ916925) Ano/Modelo: 2017/2018.

2. **03 (três)** – Veículos Sport Urbano Utilitário-SUV, espécie/tipo: PSG/AUTOMÓVEL/UTILITÁRIO ESPORTIVO FECHADO marca/modelo: **GM/TRAILBLAZER/LTZ, A DIESEL, 4X4** cor predominante preta, placas NCX-2101 (chassi 9BG156MK0HC436866) Bônus I (um); placas NCX-2111 (chassi 9BG156MK0HC437512) Bônus I (um); placas NCX-2081 (chassi 9BG156MK0HC441548) Bônus I (um), Ano/Modelo: 2016/2017.

Opcionais dos veículos: (OnStar), Sistema que integra as tecnologias de GPS e telemática veicular para suporte de diversos serviços ao cliente, contando com Centro de Atendimento OnStar integrado 24 horas, 07 dias por semana. **Serviço de Segurança:** Monitoramento ativo: através dos sensores do veículo, para casos de possível furto. O Centro de Atendimento OnStar entra em contato com o usuário para verificação e assistência à recuperação veicular. Monitoramento passivo, Monitoramento de rotas, Destino seguro, **Serviço de Emergência:** Acionamento de emergência pelo botão do retrovisor, Acionamento de emergência pelo OnStar, Notificação automática de acidente para o centro de atendimento OnStar detectada através de sensores do veículo. **On Star App & Website:** Alerta de movimento, Alerta de Valet, Alerta de velocidade, Ligação via APP direto com a central de relacionamento Chevrolet para linha de emergência OnStar, localização, navegação, siga-me, travamento e destravamento remoto das portas). Ar condicionado, *airbags* duplo, lateral e de cortina que cobrem as 3 fileiras de bancos, alarme antifurto, alerta de colisão frontal, alerta de saída de faixa, alerta de movimentação traseira (em marcha ré), aviso do cinto de segurança, cintos de segurança traseiros laterais de 3 pontos retráteis (3ª fileira), cintos de segurança traseiros e central de 3 pontos retráteis, controle de tração, controle eletrônico de estabilidade, farol de neblina dianteiro, lanterna de neblina, luz de condução diurna/luz de posição em LED, alerta de pressão dos pneus, protetor de cárter, regulagem de altura dos faróis, seletor eletrônico de tração 4x2, 4x4 e reduzida, alerta de Ponto cego, sistemas de freios com ABS, sistema de distribuição de frenagem ("EBD") e assistência de frenagem de urgência ("PBA"), desembaçador elétrico do vidro traseiro, direção elétrica progressiva, sensor de estacionamento traseiro e dianteiro, sistema de partida do motor por controle remoto, com acionamento do ar condicionado, trava elétrica das portas com acionamento da chave, vidro elétrico na porta do motorista por um toque e anti-esmagamento, câmera de ré, computador de bordo com três modos.

3. **05 (cinco)** – Veículos utilitários (Pickup) espécie/tipo: ESP/CAMINHONETE/ **S-10/LTZ/CD/2.8/4X4/** Cabine Dupla, com Capota Marítima. marca/modelo: General Motor's/a diesel/05 portas/cor predominante prata/placas NCX-2001 (chassis 9BG148MK0HC434829) Bônus I (um), placas NCX-2091 (chassis 9BG148MK0HC431138) Bônus I (um), placas NCX-2041 (chassis 9BG148MK0HC431929), Bônus I (um) placas NCX-2071 (9BG148MK0HC432104), Bônus I (um), placas NCX-2031 (9BG148MK0HC435006), Bônus I (um), Ano/Modelo: 2016/2017.

Opcionais dos veículos: (OnStar), Sistema que integra as tecnologias de GPS e telemática veicular para suporte de diversos serviços ao cliente, contando com Centro de Atendimento OnStar integrado 24 horas, 07 dias por semana. **Serviço de Segurança:** Monitoramento ativo: através dos sensores do veículo, para casos de possível furto. O Centro de Atendimento OnStar entra em contato com o usuário para verificação e assistência à recuperação veicular. Monitoramento passivo, Monitoramento de rotas, Destino seguro, **Serviço de Emergência:** Acionamento de emergência pelo botão do retrovisor, Acionamento de emergência pelo OnStar, Notificação automática de acidente para o centro de atendimento OnStar detectada através de sensores do veículo. **On Star App & Website:** Alerta de movimento, Alerta de Valet, Alerta de velocidade, Ligação via APP direto com a central de relacionamento Chevrolet para linha de emergência OnStar, localização, navegação, siga-me, travamento e destravamento remoto das portas. Ar condicionado com controle eletrônico de temperatura, *airbags* duplo, alarme antifurto, alerta de colisão frontal, alerta de saída de faixa, aviso sonoro do cinto de segurança, cintos de segurança traseiros laterais e central de 3 pontos retráteis, controle de tração, controle eletrônico de estabilidade, farol de neblina dianteiro, lanterna de neblina, protetor de cárter, regulagem de altura dos faróis, sistema de imobilização do motor, trava da coluna de direção e computador de bordo com três modos (informações de viagem, informações do veículo e informações de consumo).

4. **01 (um)** – Veículo utilitário (Pickup), espécie/tipo: CRG/CAMINHONETE/C.ABERT, marca/modelo: I/ **TOYOTA/HILUX/CS4X4**, Cabine Simples, com Capota de Fibra, TOYOTA, a diesel, cor predominante prata, placas NCG-5472 (chassis 8AJDR22G8A4012211) Bônus VII (Sete), Ano/Modelo: 2010/2010.

Opcionais do veículo: Carroceria em lâmina de aço, Ar condicionado, Direção Hidráulica, Trava Elétrica, Alarme Sonoro; CD player MP3, Air Bag, Desembaçador Traseiro, Para-brisa laminado *dégradé*, Tração 4x4 (integral e reduzida), Sistema de Vidros Elétricos, Alarme Sonoro Anti-furto, Para-choque de impulsão dianteiro cromado, Estribos laterais, CD Player MP3, *airbags* duplo, Bancos de Couro, Freios ABS nas quatro rodas com EBD, Vidros verdes com para-brisas laminado *dégradé*.

5. **02 (dois)** – Veículos de passeio, espécie/tipo: PSG/AUTOMÓVEL. marca/modelo: **GM/ONIX 4P, 05 portas, FLEX**, cor predominante prata, placas NCX-2011 (chassi 9BGKT48V0HG149812) Bônus I (um), placas NCX-1991 (chassi 9BGKT48V0HG155119) Bônus I (um); Ano/Modelo: 2016/2017.

Opcionais dos veículos: (OnStar), Sistema que integra as tecnologias de GPS e telemática veicular para suporte de diversos serviços ao cliente, contando com Centro de Atendimento OnStar integrado 24 horas, 07 dias por semana. Serviço de Segurança: Monitoramento ativo: através dos sensores do veículo, para casos de possível furto. O Centro de Atendimento OnStar entra em contato com o usuário para verificação e assistência à recuperação veicular. Monitoramento passivo, Monitoramento de rotas, Destino seguro, Serviço de Emergência: Acionamento de emergência pelo botão do retrovisor, Acionamento de emergência pelo OnStar, Notificação automática de acidente para o centro de atendimento OnStar detectada através de sensores do veículo. On Star App & Website: Alerta de movimento, Alerta de Valet, Alerta de velocidade, Ligação via APP direto com a central de relacionamento Chevrolet para linha de emergência OnStar, localização, navegação, siga-me, travamento e destravamento remoto das portas). Ar condicionado, airbag duplo, alarme antifurto, aviso sonoro para cinto de segurança do motorista, *brake light*, faróis de neblina, freios a disco ventilado na dianteira e tambor na traseira, sistema de freios ABS e sistema de distribuição de frenagem EBO, sistema de imobilização do motor, câmera de ré, coluna de direção com regulagem em altura, computador de bordo com cinco funções, controlador de velocidade de cruzeiro com comandos no volante, desembaçador elétrico temporizado do vidro traseiro, direção elétrica progressiva, trava elétrica nas portas.

6. 01 (um) - Veículo de passeio, espécie/tipo: PSG/AUTOMÓVEL/. marca/modelo: **GM/CRUZE SEDAN/LT SD.4/Flex/TURBO**, 05 portas/, cor predominante preta, placas NCX-1951 (chassi 8AGBB69S0HR125836) Bônus I (um), Ano/Modelo: 2016/2017.

Opcionais dos veículos: (OnStar), Sistema que integra as tecnologias de GPS e telemática veicular para suporte de diversos serviços ao cliente, contando com Centro de Atendimento OnStar integrado 24 horas, 07 dias por semana. Serviço de Segurança: Monitoramento ativo: através dos sensores do veículo, para casos de possível furto. O Centro de Atendimento OnStar entra em contato com o usuário para verificação e assistência à recuperação veicular. Monitoramento passivo, Monitoramento de rotas, Destino seguro, Serviço de Emergência: Acionamento de emergência pelo botão do retrovisor, Acionamento de emergência pelo OnStar, Notificação automática de acidente para o centro de atendimento OnStar detectada através de sensores do veículo. On Star App & Website: Alerta de movimento, Alerta de Valet, Alerta de velocidade, Ligação via APP direto com a central de relacionamento Chevrolet para linha de emergência OnStar, localização, navegação, siga-me, travamento e destravamento remoto das portas). Ar condicionado com controle eletrônico de temperatura e sistema automático de recirculação, Direção, airbags duplo e laterais, alarme antifurto, aviso sonoro para utilização do cinto de segurança do motorista e do passageiro, cintos de segurança dianteiros com pré-tensionadores e ajustes de altura, cintos de segurança traseiros laterais e central 3 pontos, controle de tração, controle de estabilidade, faróis de neblina, luz de condução diurna, sensor de estacionamento traseiro, sistema de freios ABS, sistema de distribuição de frenagem ("EBD") e assistência de frenagem de urgência ("PBA"), sistema de imobilização do motor, câmera de ré, direção elétrica progressiva, vidro elétrico nas portas com acionamento por um toque e anti-esmagamento.

7. 03 (três) - Veículos de passeio, espécie/tipo: PSG/AUTOMÓVEL/ marca/modelo: **GM/PRISMA SEDAN/LTZ 1.4Flex/05 portas/128CV**, cor predominante prata, placas NCZ-1741 (chassi 9BGKT69V0HG217733) Bônus I (um), placas NCZ-1721 (chassi 9BGKT69V0HG236502) Bônus I (um), placas NCZ-1681 (chassi 9BGKT69V0HG236615) Bônus I (um), Ano/Modelo: 2017/2017.

Opcionais dos veículos: (OnStar), Sistema que integra as tecnologias de GPS e telemática veicular para suporte de diversos serviços ao cliente, contando com Centro de Atendimento OnStar integrado 24 horas, 07 dias por semana. Serviço de Segurança: Monitoramento ativo: através dos sensores do veículo, para casos de possível furto. O Centro de Atendimento OnStar entra em contato com o usuário para verificação e assistência à recuperação veicular. Monitoramento passivo, Monitoramento de rotas, Destino seguro, Serviço de Emergência: Acionamento de emergência pelo botão do retrovisor, Acionamento de emergência pelo OnStar, Notificação automática de acidente para o centro de atendimento OnStar detectada através de sensores do veículo. On Star App & Website: Alerta de movimento, Alerta de Valet, Alerta de velocidade, Ligação via APP direto com a central de relacionamento Chevrolet para linha de emergência OnStar, localização, navegação, siga-me, travamento e destravamento remoto das portas). *Airbags* duplo, alarme anti-furto, aviso sonoro para cinto de segurança do motorista, *brake light*, cintos de segurança dianteiros com ajuste de altura, cintos de segurança traseiros laterais e central 3 pontos, faróis de neblina, freios a disco ventilado na dianteira e a tambor na traseira, sistema de freios com ABS e sistema de distribuição de frenagem ("EBD"), sistema de imobilização do motor, câmera de ré, desembaçador elétrico temporizado do vidro traseiro, direção elétrica progressiva, sensor de estacionamento traseiro.



Documento assinado eletronicamente por **MARIVALDO NOGUEIRA DE OLIVEIRA, Assessor(a) I**, em 16/05/2024, às 08:31, conforme horário oficial de Rondônia, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#) e do art. 4º da [Resolução TCERO nº 165, de 1 de dezembro de 2014](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.tcero.tc.br/validar>, informando o código verificador **0686841** e o código CRC **4CD240B0**.

Referência: Processo nº 004144/2024

SEI nº 0686841

Av. Presidente Dutra, 4229 - Bairro Olaria - Porto Velho/RO - CEP 76801-327 - Telefone:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90024/2024/TCE-RO

ANEXO II – ORIENTAÇÃO GERAIS SOBRE O PREENCHIMENTO E APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS (VIRTUAL E DEFINITIVA):

- **ORIENTAÇÕES AOS LICITANTES:**
- O modelo de proposta definitiva - contendo os valores originalmente ofertados - deve ser anexado ao sistema juntamente com os **documentos de habilitação**, previamente à abertura da sessão pública, com os valores originais ofertados.
- Geralmente após a fase de lances há alteração nos valores unitários e totais, assim sendo, o pregoeiro abrirá prazo para que a proposta inicial seja corrigida e reenviada, abrangendo somente os itens/grupos arrematados.
- O Pregoeiro(a) poderá efetuar consulta *on line*, para fins de habilitação, a quaisquer dos sistemas eletrônicos disponíveis, tais como o Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF.
- Outras incorreções, desde que não impliquem em alteração da substância da proposta, poderão ser corrigidas quando da solicitação do pregoeiro para reenvio.

MODELO PROPOSTA VIRTUAL

AMPLA PARTICIPAÇÃO			
Item	Descrição	Unidade	Valor Total Global (R\$)
1	Aquisição/Contratação de empresa para prestação do serviço de SEGURO TOTAL de 16 (dezesesseis) veículos pertencentes à frota do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, com cobertura compreensiva (colisão, incêndio e roubo), cobertura a terceiros (danos materiais e danos pessoais por passageiros), cobertura contra furto, contra danos da natureza, franquia obrigatória, franquia para vidros, para-brisas e retrovisores e assistência 24 (vinte e quatro) horas. Conforme modelos detalhados no Anexo B do Termo de Referência.	SERVIÇO	
VALOR TOTAL GLOBAL			R\$

DADOS DO PROPONENTE			
Razão Social:			
CPF/CNPJ:		Telefone/Fax:	
Endereço:		Cidade/UF:	
Complemento:		CEP:	
E-mail:			

DADOS DO REPRESENTANTE			
Nome:			
CPF:		Telefone/Fax:	
RG:		Expedido por:	
Naturalidade:		Nacionalidade:	
Cargo/Função:			
Endereço:		Cidade/UF:	

Complemento:		CEP:	
E-mail:			

DADOS BANCÁRIOS					
Instituição:		AG.:		C.C.:	

PROPOSTA DEFINITIVA

AMPLA PARTICIPAÇÃO			
Item	Descrição	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	Renault/Master MBus L3H2. Conforme modelos detalhados no Anexo B do Termo de Referência.		
2	Trailblazer 2.8 Conforme modelos detalhados no Anexo B do Termo de Referência.		
3	Trailblazer 2.8 Conforme modelos detalhados no Anexo B do Termo de Referência.		
4	Trailblazer 2.8 Conforme modelos detalhados no Anexo B do Termo de Referência.		
5	S10 LTZ 2.8 4X4 Conforme modelos detalhados no Anexo B do Termo de Referência.		
6	S10 LTZ 2.8 4X4 Conforme modelos detalhados no Anexo B do Termo de Referência.		
7	S10 LTZ 2.8 4X4 Conforme modelos detalhados no Anexo B do Termo de Referência.		
8	S10 LTZ 2.8 4X4 Conforme modelos detalhados no Anexo B do Termo de Referência.		
9	S10 LTZ 2.8 4X4 Conforme modelos detalhados no Anexo B do Termo de Referência.		
10	Toyota/Hilux Conforme modelos detalhados no Anexo B do Termo de Referência.		
11	ONIX LTZ 1.4 Conforme modelos detalhados no Anexo B do Termo de Referência.		
12	ONIX LTZ 1.4 Conforme modelos detalhados no Anexo B do Termo de Referência.		

AMPLA PARTICIPAÇÃO			
Item	Descrição	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
13	CRUZE LT SD 1.4 Conforme modelos detalhados no Anexo B do Termo de Referência.		
14	PRISMA LTZ 1.4 Conforme modelos detalhados no Anexo B do Termo de Referência.		
15	PRISMA LTZ 1.4 Conforme modelos detalhados no Anexo B do Termo de Referência.		
16	PRISMA LTZ 1.4 Conforme modelos detalhados no Anexo B do Termo de Referência.		
VALOR TOTAL GLOBAL		R\$	

Valor Global da Proposta: R\$_____ (_____).

Prazo de validade da Proposta: 60 (sessenta) dias.

Declarando conhecer e concordar plenamente com as cláusulas e condições do Edital de Pregão Eletrônico 90024/2024 TCE-RO e seus anexos, apresentamos nossa proposta de preços para execução do objeto do certame conforme valores e especificações técnicas.

Declaro ainda que o e-mail informado nesta proposta é válido e poderá ser utilizado para todos os tipos de comunicação oficial, inclusive notificações, comprometendo-me sempre a mantê-lo atualizado junto a essa Corte de Contas.

_____ - __, _____ de _____ de 2024.

Assinatura e nome legível do proponente



Documento assinado eletronicamente por **REMO GREGORIO HONORIO, Assessor(a) II**, em 20/05/2024, às 14:51, conforme horário oficial de Rondônia, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#) e do art. 4º da [Resolução TCERO nº 165, de 1 de dezembro de 2014](#).



Documento assinado eletronicamente por **ANDERSON DE ARAUJO NEVES, Chefe de Divisão**, em 29/05/2024, às 11:01, conforme horário oficial de Rondônia, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#) e do art. 4º da [Resolução TCERO nº 165, de 1 de dezembro de 2014](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.tceror.br/validar>, informando o código verificador **0696433** e o código CRC **7C66E7DC**.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90024/2024/TCE-RO

ANEXO III – RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO

1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

- 1.1. Registro na Junta Comercial, no caso de empresa individual, com demonstração atualizada dos objetos sociais, indicando ramo de atividade compatível com o objeto licitado;
- 1.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado ou inscrito, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, com a demonstração do ramo de atividades compatível com o objeto licitado, bem como a última alteração social. Não será aceita a Certidão Simplificada da junta Comercial para substituir o contrato social;
- 1.3. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- 1.4. Cédula de identificação dos sócios, ou do diretor, ou do proprietário, ou do representante legal da empresa e procuração, se for o caso.
- 1.5. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

2. HABILITAÇÕES FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

- 2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
- 2.2. Prova de Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 2.3. Prova de Regularidade perante a Fazenda Federal, mediante apresentação da certidão de débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, abrangendo as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991 (seguridade social – INSS), dentro da validade;
- 2.4. Prova de Regularidade perante a Fazenda estadual e municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- 2.5. Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF), dentro da validade;
- 2.6. Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, demonstrada através da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas atualizada;

3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- 3.1. Certidão negativa de feitos sobre falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial - [Lei n. 11.101/2005](#), expedida pelo distribuidor da sede do licitante, expedida nos últimos 90 (noventa) dias caso não conste prazo de validade.

I - Será admitida a participação de empresa em recuperação judicial já deferida, desde que amparada em certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório nos termos da Lei 14.133/2021.

4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

CAPACIDADE TÉCNICA OPERACIONAL

4.1. Comprovação por meio de atestado(s) de capacidade técnica, expedido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem que a licitante realizou ou está prestando serviços da mesma natureza ou similares ao do objeto, com no mínimo de 50% da dimensão do objeto do certame (incluindo prazo).

I - Os atestados devem comprovar que a empresa executou serviços de **seguro veicular**, considerada a parcela mais relevante da contratação;

III - Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante;

V - Os atestados devem ser emitidos em papel timbrado da empresa contratante, assinado por seu representante legal, discriminando o teor da contratação e os dados da empresa contratada;

VII - Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor;

IX - Os atestados de capacidade técnico-operacional deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente, registrado na junta comercial competente;

XI - Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior;

XIII - O licitante deve disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando quando solicitado pela Administração, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do CONTRATANTE, bem como local e condições em que foram prestados os serviços.

4.2. A empresa deverá encaminhar ainda as **certidões de Regularidade emitida pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP**, dentro do prazo de validade de 60 (sessenta) dias, que comprove que a seguradora está legalmente autorizada a operar e que se encontra com suas reservas técnicas cobertas e adequadas.

5. DECLARAÇÕES LEGAIS

5.1. **Declaração de inexistência de impedimento à contratação com o poder público**

Declaro que a empresa não está impedida de participar de contratações promovidas por órgãos ou entidades públicas.

5.2. **Declaração de beneficiário da lei complementar 123/2006 (se for o caso)**

Declaro que a empresa se enquadra / não se enquadra como microempresa e empresa de pequeno porte, e que, sob as penas da Lei, cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123/06 e está apta a usufruir do tratamento favorecido nos arts. 42 a 49 da referida Lei Complementar.

5.3. **Declaração de conhecimento e concordância dos termos do edital (Lei nº 14.133/21, art. 63, inciso I)**

Declaro que manifesto ciência em relação ao inteiro teor do AVISO e dos seus anexos, concordando com suas condições, atendendo aos requisitos de habilitação e respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (Lei nº 14.133/21, art. 63, inciso I).

5.4. **Declaração de que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos (Lei nº 14.133/21, art. 63, § 1º)**

Declaro que a proposta econômica compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal de 1988, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da sua entrega em definitivo (Lei nº 14.133/21, art. 63, § 1º).

5.5. **Declaração de reserva de cargos (Lei nº 14.133/21, art. 63, inciso IV c/c art. 92, XVII)**

Declaro que cumpre as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz (Lei nº 14.133/21, art. 63, inciso IV c/c art. 92, XVII)

5.6. **Declaração de não emprego de trabalho desumano ou degradante (CF 88, art. 1º, III e IV c/c art. 5º, III)**

Declaro que observo os incisos III e IV do art. 1º e cumpre o disposto no inciso III do art. 5º, todos da Constituição Federal de 1988, que veda o tratamento desumano ou degradante.

5.7. **Declaração de inexistência de fato superveniente para contratação.**

Declaro que, até a presente data, inexistem fatos impeditivos para habilitação no aviso de dispensa de licitação, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores

5.8. **Declaração de emprego de menor**

Declaro que a empresa não possui em seu quadro de pessoal, menores com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.



Documento assinado eletronicamente por **REMO GREGORIO HONORIO, Assessor(a) II**, em 20/05/2024, às 14:38, conforme horário oficial de Rondônia, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#) e do art. 4º da [Resolução TCERO nº 165, de 1 de dezembro de 2014](#).



Documento assinado eletronicamente por **ANDERSON DE ARAUJO NEVES, Chefe de Divisão**, em 29/05/2024, às 11:01, conforme horário oficial de Rondônia, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#) e do art. 4º da [Resolução TCERO nº 165, de 1 de dezembro de 2014](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.tcero.tc.br/validar>, informando o código verificador **0696435** e o código CRC **5EE6CE3D**.

Referência: Processo nº 004144/2024

SEI nº 0696435

Av Presidente Dutra, 4229 - Bairro Olaria - @cidade_unidade@/RO - CEP 76801-327 - Telefone: 6932119135

PREGÃO ELETRÔNICO N. 90018/2024/TCE-RO
ANEXO IV – MINUTA DE CONTRATO

MINUTA PADRÃO DE CONTRATO – COMPRAS E SERVIÇOS SEM MÃO DE OBRA

CONTRATO N. XX/20XX/TCE-RO

Termo de Contrato que entre si celebram o Estado de Rondônia, através do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, e a pessoa jurídica/física (...), abaixo qualificados, tendo em vista o que consta no Processo SEI nº (...) e em observância às disposições da **Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**, e demais legislações aplicáveis, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

OBJETO:

VALOR:

VIGÊNCIA:

ORIGEM:

CONTRATANTE **ESTADO DE RONDÔNIA** através do **TRIBUNAL DE CONTAS** inscrito no CNPJ sob o n. 04.801.221/0001-10, com sede na Av. Presidente Dutra, n. 4.229, nesta cidade de Porto Velho/RO, neste ato representado pelo (a) Secretário (a) - Geral de Administração, o (a) senhor (a) XXXXXXXX XXXXXXXX XXXXXXXX, de acordo com delegação de competência prevista na Portaria n. 83, de 25 de janeiro de 2016, publicada no DOE TCE-RO n. 1.077, ano VI, de 26.01.2016.

CONTRATADO:, inscrito (a) no CNPJ sob o n., sediado (a) na, neste ato representado (a) por (Nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (ART.92, I, II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de (...), conforme as quantidades, especificações, obrigações e demais condições expressas no Termo de Referência, visando atender as necessidades do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia:

(INSERIR TABELA)

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.2.1. O Termo de Referência;

1.2.2. O Edital da Licitação;

- 1.2.3. A Proposta do contratado;
- 1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

Contratos de escopo

- 2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contado a partir da data de efetivação da contratação, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (ART. 92, IV, XVIII)

- 3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

- 4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

- 5.1. O valor total da contratação é de R\$..... (.....)
- 5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
- 5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

6. CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO (ART. 92, V E VI)

- 6.1. O prazo para pagamento inicia-se da habilitação para recebimento, feita pelo CONTRATADO, com a entrega da nota fiscal ou nota fiscal-fatura na sede do CONTRATANTE, acompanhada de toda a documentação necessária à comprovação de que a CONTRATADA mantém-se regular em todas as condições previstas para habilitação no certame.
- 6.2. Aplica-se ao pagamento a Resolução Específica relativa à Ordem Cronológica de Pagamentos no âmbito do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia.
- 6.3. No caso de contratações diretas por dispensa de licitação fundadas nos incisos I ou II do art 75 da Lei 14.133/21 (dispensa de pequeno valor) o pagamento poderá ser realizado por meio de cartão de pagamento, com a divulgação do extrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).
- 6.4. Nos casos de existência de qualquer débito perante o CONTRATANTE, este poderá sustar o pagamento ou descontá-lo em qualquer fatura, no todo ou em parte, para a retenção cautelar de valores

devidos a título de multa por atrasos injustificados na execução contratual, sem prejuízo da aplicação da Resolução Específica referente à apuração de infrações e aplicação de penalidades decorrentes de condutas cometidas por licitantes ou fornecedores do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia durante os processos de aquisição de bens e contratação de serviços e obras.

6.5. Ocorrendo atraso no pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido, de alguma forma, para o atraso, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data referenciada no subitem 6.1. e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, será calculada automaticamente, com a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$
Onde: EM = Encargos moratórios N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento VP = valor da parcela paga I = Índice de compensação financeira = 0,000328767 Assim apurado: $I = (TX)/365$; $I = \{(12/100)/365\}$ I = 0,000328767 TX = Percentual da taxa anual = 12%

6.6. Considerar-se-á como sendo a data do pagamento a data de emissão da ordem bancária.

6.7. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE (ART. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em __/__/__ (DD/MM/AAAA).

7.2. Após o interregno de um ano, e mediante requerimento da CONTRATADA devidamente assinado pelo seu responsável, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo CONTRATANTE, do índice _____ (indicar o índice a ser adotado), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.2.1. O pedido de reajuste do contrato deverá ser instruído com planilha de custos demonstrando a equação inicial do contrato, quando esta já não constar do processo licitatório; e

7.2.2. Planilha de custos demonstrando a equação atual do contrato, a qual deverá demonstrar a variação do preço, levando em consideração o índice de reajuste pré-fixado no instrumento convocatório e no contrato.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.5. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.6. O reajuste será realizado por apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, em que deverá ser formalizado por termo aditivo.

7.7. Os reajustes a que o contratado fizer jus e que não forem solicitadas durante a vigência do contrato serão objeto de preclusão temporal com a assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento do contrato, salvo se, no caso de prorrogação contratual, constar cláusula específica resguardando o direito do contratado.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (ART. 92, X, XI E XIV)

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

- 8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo como contrato e seus anexos;
- 8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no termo de referência e na Resolução Específica relativa à Ordem Cronológica de Pagamentos no âmbito do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia;
- 8.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que, no prazo fixado pelo fiscal e/ou responsável pela gestão do contrato, seja efetuada a substituição, reparo ou correção, do total ou da parte fornecida/executada, às suas expensas;
- 8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado, por intermédio do fiscal designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de fatos que, a seu critério, exijam a adoção de medidas por parte do CONTRATADO;
- 8.1.5. Realizar rigorosa conferência das características dos bens entregues, pelo fiscal ou pela Comissão de Recebimento designada;
- 8.1.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que for pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 8.1.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;
- 8.1.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas neste Contrato, Lei n. 14.133/2021, LINDB e demais legislações correlatas;
- 8.1.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.1.10. A Administração terá o prazo de XXXXXX, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de XXXXXX.
- 8.1.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 8.1.13. A Administração permitirá o livre acesso dos funcionários do CONTRATADO aos documentos e locais relacionados à execução do objeto, observadas as normas de segurança pertinentes;
- 8.1.14. A Administração proporcionará todas as facilidades para que o CONTRATADO possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições contratuais; e
- 8.1.15. A Administração assegurará que as obrigações descritas neste instrumento somente sejam realizadas pelo CONTRATADO, sendo vedada a interveniência de terceiros estranhos ao contrato, salvo se autorizado prévia e expressamente.

9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (ART. 92, XIV, XVI E XVII)

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

- 9.1.1. Emitir a nota fiscal observando o disposto no Termo de Referência;
- 9.1.2. Manter número telefônico e endereço de e-mail atualizados para efetivação dos pedidos durante a vigência contratual;
- 9.1.3. Entregar somente produtos novos, de primeira qualidade e que atendam às normas do Código de Defesa do Consumidor;
- 9.1.4. Efetuar a substituição dos produtos fornecidos, às suas expensas, caso seja detectada perda de qualidade;
- 9.1.5. Providenciar às suas custas a realização de todos os ensaios, verificações e provas de materiais fornecidos, no que couber;
- 9.1.6. Retirar no local do fornecimento, no prazo de 10 (dez) dias corridos, a partir do recebimento da comunicação por escrito, os produtos que apresentarem defeitos ou estiverem em desacordo com as especificações do termo de referência ou projeto básico;
- 9.1.7. Os produtos deverão estar acompanhados de ficha técnica para conferência das características adequadas;
- 9.1.8. Respeitar os prazos previstos em edital, termo de referência ou projeto básico, conforme o caso;
- 9.1.9. Manter, durante toda vigência contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 9.1.10. Prestar garantia dos produtos, conforme previsto no Termo de Referência;
- 9.1.11. Fornecer os produtos nas condições, no preço e no prazo estipulados na proposta.

9.2. Impossibilitada de cumprir o (s) prazo (s) de entrega, solicitar pedido de prorrogação de prazo, o qual deverá estar instruído com, no mínimo, as informações a seguir: identificação do objeto, número do Pregão, número da Nota de Empenho e da ata de registro de preços; justificativa plausível quanto à necessidade da prorrogação; documentação comprobatória; e indicação do novo prazo a ser cumprido.

9.3. O(s) pedido(s) de prorrogação de prazo, em conformidade com o disposto nos itens anteriores, será(ão) apreciado(s) com base na justificativa apresentada, na documentação acostada e no interesse público envolvido, ficando a critério da Administração o seu deferimento;

9.4. Caso a Administração conceda a prorrogação do prazo, nova data-limite será estabelecida, em conformidade com o deferido;

9.5. Caso a Administração não conceda a prorrogação do prazo, a vencedora da licitação estará sujeita às sanções administrativas pertinentes;

9.6. Serão considerados intempestivos os pedidos de prorrogação efetuados após a expiração do prazo de entrega;

9.7. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal, DIVICT, SELIC ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.8. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

- 9.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei nº 14.133, de 2021);
- 9.11. Sempre que solicitado pela Administração, o contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021);
- 9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.13. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;
- 9.14. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 9.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- 9.16. O não cumprimento do disposto nos itens anteriores deste item faculta ao Tribunal de Contas do Estado de Rondônia a adoção de medidas objetivando possível extinção contratual, incorrendo à contratada, conforme o caso, nas sanções administrativas cabíveis.

10. CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO (ART. 92, XII E XIII)

- 10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (ART. 92, XIV)

- 11.1. A contratada que, sem justa causa, atrasar ou não cumprir as obrigações assumidas ou infringir preceitos legais, aplicar-se-ão as penalidades prescritas no Resolução específica desta referente à apuração de infrações e aplicação de penalidades decorrentes de condutas cometidas por licitantes ou fornecedores do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia durante os processos de aquisição de bens e contratação de serviços e obra. Dentre as penalidades, tem-se:

- I - advertência;
- II - multa moratória;
- III - multa contratual;
- IV - impedimento de licitar e contratar com o Estado de Rondônia, com o descredenciamento do Cadastro de Fornecedores do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, pelo prazo de até 3 (três) anos; e
- V - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.2. As licitantes e contratadas serão responsabilizadas pelas seguintes infrações:

- I - dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - dar causa à inexecução total do contrato;
- IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; e
- XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n. 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- I - a natureza e a gravidade da infração cometida;
- II - as peculiaridades do caso concreto;
- III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade.

11.4. O percentual da multa moratória não será inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem excederá 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato. O seu valor será calculado em percentual sobre o valor da parcela em mora, e incidirá por dia de atraso, sob limites proporcionais ao prazo fixado para cumprimento da obrigação assumida.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (ART. 92, XIX)

12.1. O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (ART. 92, VII)

13.1. As despesas decorrentes do presente Contrato correrão por conta dos recursos consignados ao Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, pela Lei Orçamentária Anual do Estado de Rondônia, conforme dotação abaixo discriminada:

Gestão/Unidade:	
Fonte de Recursos:	
Programa de Trabalho:	
Elemento de Despesa:	
Plano Interno:	
Nota de Empenho:	

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (ART. 92, III)

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento) do valor inicial atualizado do contrato, em conformidade com o estabelecido no art. 125 da Lei n. 14.133/2021.

15.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PROTEÇÃO DOS DADOS PESSOAIS E DADOS PESSOAIS SENSÍVEIS

17.1. O CONTRATANTE e a CONTRATADA se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, quando do tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, garantindo que:

- a) O tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos artigos 7º e/ou 11 da Lei Federal n. 13.709/2018 às quais se submeterão os serviços, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular;
- b) O tratamento seja limitado às atividades necessárias ao atingimento das finalidades de execução do contrato e dos serviços contratados ou, quando for o caso, ao cumprimento de obrigação legal ou regulatória, no exercício regular de direito, por determinação judicial ou por requisição da ANPD;
- c) em caso de necessidade de tratamento de dados pessoais indispensáveis à própria prestação do serviço, este será realizado mediante prévia aprovação do TCE-RO. Os dados tratados só poderão ser utilizados na execução dos serviços especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser compartilhados ou utilizados para outros fins;
- d) em caso de necessidade de utilização de sistemas para acesso à dados pessoais, tais sistemas seguem um conjunto de premissas, políticas, especificações técnicas, devendo estar alinhados com a legislação vigente e as melhores práticas de mercado;
- e) as medidas técnicas e administrativas de segurança aplicadas são adequadas para proteger os dados pessoais contra a destruição acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a divulgação ou o acesso não autorizado, nomeadamente quando o tratamento implicar a sua transmissão por rede, e contra qualquer outra forma de tratamento ilícito e que estas medidas asseguram um nível de segurança adequado em relação aos riscos que o tratamento representa e à natureza dos dados a proteger;
- f) os dados pessoais obtidos em razão desse contrato devem ser armazenados em banco de dados seguro, com garantia de registro das transações realizadas na aplicação de acesso (log), adequado controle de acesso baseado em função (role-based access control) e com transparente identificação do perfil dos credenciados, tudo estabelecido como forma de garantir, inclusive, a rastreabilidade de cada transação e a franca apuração, a qualquer momento, de desvios e falhas, vedado o compartilhamento desses dados com terceiros;
- g) na execução deste contrato, a CONTRATADA zelar pelo cumprimento das medidas de segurança para o tratamento de dados pessoais e oferecerá garantias suficientes em relação às medidas de segurança técnicas e organizativas, e as especificará formalmente ao TCE-RO, não compartilhando com terceiros, dados pessoais que lhe sejam remetidos;
- h) os dados pessoais obtidos em razão desse contrato serão tratados apenas em nome do TCE-RO e em conformidade com as suas instruções, as cláusulas do contrato e as legislações específicas.

17.2. A CONTRATADA dará conhecimento formal aos seus empregados, prepostos, sócios, diretores, representantes ou terceiros contratados, das obrigações e condições acordadas neste contrato, inclusive no tocante à Política Corporativa de Segurança da Informação e da Política de Privacidade do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA, cujos princípios deverão ser observados na execução deste contrato.

17.3. O eventual acesso, pela CONTRATADA, às bases de dados do TCE-RO que contenham, ou possam conter dados pessoais, implicará para a CONTRATADA e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e pelo prazo de até 10 anos contados de seu termo final e, em hipótese alguma, a utilização das bases de forma diversa do objeto do presente contrato.

17.4. A CONTRATADA cooperará com o TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos titulares previstos na Lei Federal n. 13.709/2018 e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público e órgãos de controle administrativo.

17.5. A CONTRATADA deverá informar imediatamente ao Encarregado de Dados do TCE-RO, através do canal de Ouvidoria desta Corte, quando receber requisição de titular de dados pessoais, a quem caberá responder a solicitação do requisitante, uma vez que na condição de OPERADOR a CONTRATADA deve se abster de responder qualquer solicitação, exceto nas instruções documentadas do TCE-RO ou conforme exigido pela Lei Federal nº 13.709/2018 e Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor.

17.6. A CONTRATADA manterá contato formal com o Encarregado de Dados do TCE-RO, através do canal de Ouvidoria desta Corte, mediante o preenchimento de formulário específico da LGPD disponível no sítio eletrônico do TCE, no prazo de até 24h (vinte e quatro horas) da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.

17.7. A CONTRATADA notificará imediatamente ao Encarregado de Dados do TCE-RO sobre: a) qualquer solicitação juridicamente vinculativa de divulgação de dados pessoais por autoridade fiscalizadora responsável pela aplicação da lei, salvo quando houver lei penal determinando a preservação da confidencialidade de investigação policial; b) qualquer acesso acidental ou não autorizado.

17.8. A CONTRATADA poderá ser provocada a colaborar na elaboração do Relatório de Impacto à Proteção de Dados (RIPD), a critério do Encarregado de Dados do TCE-RO e conforme a sensibilidade dos dados tratados e o risco inerente dos serviços objeto deste contrato.

17.9. Encerrada a vigência do contrato, ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, a CONTRATADA interromperá o tratamento e, em no máximo 30 (trinta dias), eliminará completamente os dados pessoais e todas as cópias porventura existentes (seja em formato digital ou físico), utilizando-se de técnicas de eliminação segura de dados, salvo quando exista obrigação legal para sua manutenção, ou para cumprimento de alguma outra hipótese prevista na Lei Federal nº 13.709/2018.

17.10. Eventuais responsabilidades das partes, serão apuradas conforme estabelecido neste contrato e também de acordo com o que dispõe a Seção III, Capítulo VI, da Lei Federal nº 13.709/2018.

17.11. As partes declaram conhecimento da Lei Federal nº 13.709/2018 e comprometem-se em preservar confidenciais as informações e proteger os dados pessoais e sensíveis disponíveis nas ferramentas utilizadas e armazenadas nos sistemas no âmbito TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

18.1. Este contrato rege-se pelas disposições expressas na Lei n. 14.133/2021, Lei 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Lei Federal n. 12.846/13 e as Resoluções n. XXX/20XX/TCE-RO e YYY/20YY/TCE-RO e todas as suas atualizações ou quaisquer outras que venham a substituí-las, bem como pelos preceitos de direito público, sendo aplicados, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – FORO (ART. 92, §1º)

19.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Porto Velho/RO para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

O presente termo de Contrato foi elaborado e vistado de forma eletrônica, na forma da competência do art. 23, I da Lei Complementar Estadual nº 620 de 20 de junho de 2011, segundo as informações e documentos constantes dos autos do processo identificado neste instrumento, considerado atendidas as recomendações das manifestações da PGE constantes dos autos, não importando, para qualquer fim, em ato administrativo de gestão.

Procurador (a) do Estado



Documento assinado eletronicamente por **ANDERSON DE ARAUJO NEVES, Chefe de Divisão**, em 28/05/2024, às 11:20, conforme horário oficial de Rondônia, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#) e do art. 4º da [Resolução TCERO nº 165, de 1 de dezembro de 2014](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.tceror.br/validar>, informando o código verificador **0699100** e o código CRC **420CBBA1**.

Referência: Processo nº 004144/2024

SEI nº 0699100

Av Presidente Dutra, 4229 - Bairro Olaria - @cidade_unidade@/RO - CEP 76801-327 - Telefone: 6932119135

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO N. 90024/2024/TCE-RO - AMPLA PARTICIPAÇÃO

O Tribunal de Contas do Estado de Rondônia torna pública a abertura do certame licitatório na modalidade Pregão, em sua forma eletrônica, tipo menor preço, realizado por meio da internet, no site: <https://www.gov.br/compras/pt-br>, local onde se encontra disponível o Edital para download gratuito. O Edital também pode ser adquirido no Portal de Transparência deste TCE-RO: <https://transparencia.tce.ro.gov.br/transparenciatce/LicitacoesContratos/Licitacoes>.

UASG: **935002**. Processo: **004144/2024**. Legislação regente: **Lei Federal n. 14.133/2021**.

OBJETO: Serviço de SEGURO TOTAL de 16 (dezesseis) veículos pertencentes à frota do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, com cobertura abrangente (colisão, incêndio e roubo), cobertura a terceiros (danos materiais e danos pessoais por passageiros), cobertura contra furto, contra danos da natureza, franquia obrigatória, franquia para vidros, para-brisas e retrovisores e assistência 24 (vinte e quatro) horas, conforme especificações técnicas contidas no Termo de Referência.

Data de realização: **17/06/2024, horário: 10 horas** (horário de Brasília-DF).

Valor total estimado: **R\$ 37.402,37** (trinta e sete mil quatrocentos e dois reais e trinta e sete centavos).

Porto Velho - RO, 29 de maio de 2024

(assinado digitalmente)
MÁRLON LOURENÇO BRÍGIDO
Pregoeiro



Documento assinado eletronicamente por **MARLON LOURENCO BRIGIDO, Técnico(a) Administrativo**, em 29/05/2024, às 09:48, conforme horário oficial de Rondônia, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#) e do art. 4º da [Resolução TCERO nº 165, de 1 de dezembro de 2014](#).






A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.tce.ro.tc.br/validar>, informando o código verificador **0699683** e o código CRC **7D38CFB7**.

Referência: Processo nº 004144/2024

SEI nº 0699683

Av Presidente Dutra, 4229 - Bairro Olaria - @cidade_unidade@/RO - CEP 76801-327 - Telefone: 6932119135

<div></div>				TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA				
				Secretaria Executiva de Licitações e Contratos - SELIC				
				Divisão de Licitações e Contratações - DLIC				
Processo Administrativo				Sei! 004144/2024				
Identificação da Planilha				Instrução de Cotação nº 031/2024/DLC/SELIC				
Objeto:				Contratação de empresa para prestação do serviço de SEGURO TOTAL de 16 (dezesesseis) veículos pertencentes à frota do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, com cobertura compreensiva (colisão, incêndio e roubo), cobertura a terceiros (danos materiais e danos pessoais por passageiros), cobertura contra furto, contra danos da natureza, franquia				
Planilha de resumo de preços								
ITEM	DESCRIÇÃO	GRUPO	QUANTIDADE	UNIDADE	CATMAT CATSER	VALOR MÉDIO UNITÁRIO		VALOR MÉDIO TOTAL
1	RENAULT, Master 2.3 dCi Executive 16L Longo Dies, ANO 2017, PLACA QRA-1707	1	1	UND.	13943	R\$	3.239,65	R\$ 3.239,65
2	GENERAL MOTORS, TRAILBLAZER LTZ 2.8 CTDI Diesel Aut., ANO 2016, PLACA NCX-2101.	1	1	UND.	13943	R\$	3.140,27	R\$ 3.140,27
3	GENERAL MOTORS, TRAILBLAZER LTZ 2.8 CTDI Diesel Aut., ANO 2016, PLACA NCX-2111.	1	1	UND.	13943	R\$	3.140,27	R\$ 3.140,27
4	GENERAL MOTORS, TRAILBLAZER LTZ 2.8 CTDI Diesel Aut., ANO 2016, PLACA NCX-2081.	1	1	UND.	13943	R\$	3.140,27	R\$ 3.140,27
5	GENERAL MOTORS, S10 PICK-UP LTZ 2.8 TDI 4x4 CD Diesel Aut., ANO 2016, PLACA NCX-2001.	1	1	UND.	13943	R\$	2.953,51	R\$ 2.953,51
6	GENERAL MOTORS, S10 PICK-UP LTZ 2.8 TDI 4x4 CD Diesel Aut., ANO 2016, PLACA NCX-2091.	1	1	UND.	13943	R\$	2.953,51	R\$ 2.953,51
7	GENERAL MOTORS, S10 PICK-UP LTZ 2.8 TDI 4x4 CD Diesel Aut., ANO 2016, PLACA NCX-2071.	1	1	UND.	13943	R\$	2.953,51	R\$ 2.953,51
8	GENERAL MOTORS, S10 PICK-UP LTZ 2.8 TDI 4x4 CD Diesel Aut., ANO 2016, PLACA NCX-2031.	1	1	UND.	13943	R\$	2.953,51	R\$ 2.953,51
9	GENERAL MOTORS, S10 PICK-UP LTZ 2.8 TDI 4x4 CD Diesel Aut., ANO 2016, PLACA NCX-2041.	1	1	UND.	13943	R\$	2.953,51	R\$ 2.953,51
10	TOYOTA, HILUX CS D4D 4x4 2.5 16V 102cv TB, ANO 2010, PLACA NCG-5472.	1	1	UND.	13943	R\$	1.743,93	R\$ 1.743,93
11	GENERAL MOTORS, ONIX HATCH LTZ 1.4 8V, FlexPower 5p Mec., ANO 2016, PLACA NCX-2011.	1	1	UND.	13943	R\$	1.442,67	R\$ 1.442,67
12	GENERAL MOTORS, ONIX HATCH LTZ 1.4 8V, FlexPower 5p Mec., ANO 2016, PLACA NCX-1991.	1	1	UND.	13943	R\$	1.442,67	R\$ 1.442,67
13	GENERAL MOTORS, CRUZE LT 1.4 16V Turbo Flex 4p Aut., ANO 2016, PLACA NCX-1951.	1	1	UND.	13943	R\$	1.442,48	R\$ 1.442,48
14	GENERAL MOTORS, PRISMA Sed. LTZ 1.4 8V FlexPower 4p., ANO 2017, PLACA NCZ-1741.	1	1	UND.	13943	R\$	1.300,87	R\$ 1.300,87
15	GENERAL MOTORS, PRISMA Sed. LTZ 1.4 8V, FlexPower 4p., ANO 2017, PLACA NCZ-1721.	1	1	UND.	13943	R\$	1.300,87	R\$ 1.300,87
16	GENERAL MOTORS, PRISMA Sed. LTZ 1.4 8V, FlexPower 4p., ANO 2017, PLACA NCZ-1681.	1	1	UND.	13943	R\$	1.300,87	R\$ 1.300,87
Valor Global:								R\$ 37.402,37

Responsável pela Pesquisa de Preços:		<div>Documento assinado digitalmente</div> <div> SAMIR ARAUJO RAMOS Data: 29/05/2024 10:29:05-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br</div>	
		Samir Araujo Ramos- Agente Operacional - Matrícula 379	
Declaro para todos os fins de direito, que realizei pesquisa de preços para futura aquisição/contratação dos itens presentes neste processo licitatório, que o preço de referência foi formado nos ditames do Art. 8º da Instrução Normativa nº 397/2023/TCE-RO e seus incisos, devidamente apontados na planilha acima.			
Assim, afirmo que me responsabilizo pelo levantamento dos preços de acordo com a descrição dos itens.			
		(1) Art. 8º da Resolução nº 397/2023/TCE-RO.	
Data:		quarta-feira, 29 de maio de 2024	